

LUIZ GUILHERME **MARINONI**

SÉRGIO CRUZ **ARENHART**

DANIEL **MITIDIERO**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

COMENTADO

5.^a edição
revista, atualizada
e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

Sobre os Autores	5
Apresentação à 1.ª Edição	7
Nota à Quinta Edição	9
Nota à Quarta Edição	11
Nota à Terceira Edição	13
Nota à Segunda Edição	15

Lei 13.105, de 16 de março de 2015

Institui o Código de Processo Civil

1. Código de 1973	153
2. Reformas	153
3. Código de 2015	153
4. Das Fontes às Normas	154
5. Das Normas ao Sistema	154
6. O Processo Civil como Meio Para Tutela dos Direitos	154

PARTE GERAL

1. Parte Geral e Parte Especial	155
---------------------------------------	-----

LIVRO I

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

1. Direito e Processo	157
2. Normas Heterotópicas	157

TÍTULO ÚNICO

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

1. Interpretação	158
2. Aplicação	158

Capítulo I

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

1. Normas Fundamentais	158
2. Compromissos Fundamentais	158
3. Reprodução e Densificação	159
Art. 1.º	159
1. Ordenado, Disciplinado e Interpretado	159
2. Da Constituição ao Código	159

3. Direito ao Processo Justo.....	159
4. Conteúdo do Direito ao Processo Justo	160
5. Eficácia do Direito ao Processo Justo.....	161
Art. 2.º	161
1. <i>Nemo Iudex Sine Actore. Ne Procedat Iudex Ex Officio</i>	161
2. Impulso Oficial	162
Art. 3.º	163
1. Direito à Tutela Adequada e Efetiva	163
2. Direito à Tutela Adequada	163
3. Direito à Tutela Efetiva	163
4. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Dispute Resolution</i>)	164
5. Arbitragem	164
6. Solução Consensual	165
Art. 4.º	165
1. Direito à Tutela Tempestiva.....	165
2. Tutela Tempestiva	166
3. Tempo Justo	166
4. Direito à Reparação.....	167
5. Economia Processual	167
Art. 5.º	167
1. Boa-fé	167
2. Boa-fé Objetiva.....	168
3. Ausência de Boa-fé	168
4. Qualquer Forma.....	168
Art. 6.º	168
1. Colaboração	168
2. Como Modelo. Comunidade de Trabalho	169
3. Pressupostos Culturais do Modelo	169
4. Como Princípio	170
5. Deveres Cooperativos	171
6. Comunidade Argumentativa de Trabalho	172
7. Precedente STJ	172
Art. 7.º	175
1. Direito à Igualdade no Processo Civil.....	175
2. Igualdade Perante a Legislação.....	175
3. Igualdade na Legislação	176
4. Igualdade no Processo e Igualdade pelo Processo	176
5. Paridade de Tratamento e Efetivo Contraditório.....	176
Art. 8.º	177
1. Ordenamento Jurídico	177
2. Fins Sociais e Bem Comum	177

3. Dignidade da Pessoa Humana.....	177
4. Legalidade	178
5. Proporcionalidade e Razoabilidade	178
6. Razoabilidade e Equidade	178
7. Publicidade	179
8. Eficiência	179
Art. 9.º	179
1. Contraditório.....	179
2. Bilateralidade da Instância	179
3. Direito de Influência	180
4. Prévio, Diferido ou Eventual	180
5. Prévio.....	181
6. Exceções	181
Art. 10	181
1. Vedação à Decisão-surpresa	181
2. <i>Iura Novit Curia</i>	181
3. <i>Da Mihi Factum, Dado Tibi Ius</i>	182
4. Precedente do STJ.....	182
Art. 11	185
1. Fundamentação.....	185
2. Publicidade	185
3. Administração Democrática da Justiça Civil	185
Art. 12	185
1. Ordem Preferencialmente Cronológica.....	186
2. Listas	186
3. Fora da Ordem.....	186
4. Exceções	187
5. Primeiro Lugar na Lista	187

Capítulo II

DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

Art. 13	187
1. Normas Brasileiras	187
Art. 14	188
1. Direito Intertemporal.....	188
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	188
3. Isolamento dos Atos Processuais	188
4. Enunciados Administrativos do STJ sobre Direito Intertemporal	189
Art. 15	189
1. Supletiva e Subsidiariamente.....	189

LIVRO II
DA FUNÇÃO JURISDICIONAL
TÍTULO I
DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

Art. 16	192
1. Jurisdição	192
2. Jurisdição Civil.....	192
3. Unidade da Jurisdição	192
4. Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária.....	192
5. Jurisdição e Território Nacional.....	192
6. Jurisdição, Tutela Jurisdicional e Tutela Jurisdicional dos Direitos	193
7. Equivalentes Jurisdicionais.....	193
8. Jurisdição e Arbitragem.....	193
Art. 17	194
1. Ação como Direito à Tutela Jurisdicional Adequada, Efetiva e Tempestiva Mediante Processo Justo	194
2. Interesse e Legitimidade	194
3. Aferição da Existência de Interesse e de Legitimidade	194
Art. 18	195
1. Substituição Processual	195
2. Excepcionalidade	195
3. Poderes.....	195
4. Assistente Litisconsorcial.....	195
5. Coisa Julgada	195
6. Substituição Processual, Cooperativa e Ato Cooperativo.....	196
Art. 19	196
1. Ação Declaratória	196
2. Interesse do Autor.....	196
3. Existência, Inexistência ou Modo de Ser de Relação Jurídica.....	196
4. Autenticidade ou Falsidade de Documento	197
5. Ação Declaratória e Título Executivo.....	197
6. Demais Ações Declaratórias	197
Art. 20	197
1. Ação Declaratória e Violação do Direito.....	197

TÍTULO II
DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL
E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo I
DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

1. Jurisdição e Competência	198
2. Limites da Jurisdição Nacional.....	198

3. Competência Internacional Concorrente e Competência Internacional Exclusiva.....	198
Art. 21	198
1. Competência Internacional Concorrente	198
Art. 22	199
1. Alimentos Internacionais	199
2. Relações de Consumo Internacionais	199
3. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	200
Art. 23	200
1. Competência Internacional Exclusiva	200
2. Não Homologação de Sentença Estrangeira.....	200
3. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	200
Art. 24	201
1. Ineficácia da Litispêndência Estrangeira	201
2. Ineficácia da Coisa Julgada Estrangeira	201
3. Pendência de Processo no Brasil	201
Art. 25	201
1. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	202
2. Requisitos da Cláusula Perante o Direito Brasileiro.....	202
3. Abusividade da Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	202
4. <i>Forum Shopping</i>	202
5. Mercosul	202

Capítulo II

DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26	202
1. Cooperação Internacional e Tratados	203
2. Autoridade Central	203
Art. 27	203
1. Objeto da Cooperação Internacional.....	203

Seção II

Do Auxílio Direto

Art. 28	203
1. Auxílio Direto	203
2. Auxílio Direto Ativo	204
3. Auxílio Direto Passivo.....	204

4. Desnecessidade de Deliberação	204
Art. 29	204
1. Autoridade Central	204
Art. 30	204
1. Matéria de Auxílio Direto	204
Art. 31	204
1. Dispensa de Intermediação Diplomática.....	205
Art. 32	205
1. Atos Não Jurisdicionais	205
Art. 33	205
1. Intervenção do Órgão de Atuação Jurídica	205
Art. 34	205
1. Auxílio Direto de Conteúdo Jurisdicional	205

Seção III

Da Carta Rogatória

Art. 35	205
Art. 36	205
1. Carta Rogatória	206
2. Decisões Finais	206
3. <i>Exequatur</i>	206
4. Pedidos de Urgência	206

Seção IV

Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37	206
1. Tramitação	206
Art. 38	206
1. Formalização.....	207
Art. 39	207
1. Recusa.....	207
Art. 40	207
1. Procedimento para Homologação de Sentença Estrangeira e para <i>Exequatur</i> a Carta Rogatória	207
Art. 41	207
1. Autenticação de Documentos	207
2. Reciprocidade	207

TÍTULO III
DA COMPETÊNCIA INTERNA

Capítulo I
DA COMPETÊNCIA

Seção I
Disposições Gerais

1. Critérios para Definição de Competência.....	208
2. Competência Absoluta e Competência Relativa.....	208
Art. 42	208
1. Causas Cíveis	208
2. Juízo Arbitral	208
Art. 43	209
1. Perpetuação da Competência	209
2. Incompetência Superveniente	209
Art. 44	210
1. Fontes para Determinação de Competência	210
2. Competência em Razão do Valor.....	210
3. Competência em Razão da Matéria.....	210
4. Competência em Razão da Pessoa.....	210
5. Critério Funcional para Determinação de Competência.....	211
Art. 45	211
1. Competência da Justiça Estadual em Razão da Matéria.....	211
2. Jurisdição Voluntária.....	212
3. Remessa dos Autos Entre Justiça Estadual e Federal	212
4. Pendência de Pedido da Competência da Justiça Estadual e Intervenção de Entidade Sujeita à Competência Federal	212
5. Intervenção da União Depois da Apelação	212
6. Anulação de Multa Eleitoral	212
7. Acidente de Trabalho	212
8. Greve e Ação Possessória	213
9. Descumprimento de Normas Trabalhistas.....	213
10. Juízo da Recuperação Judicial e Constrição de Bens	213
11. Intervenção Anômala	213
Art. 46	213
1. Critério Territorial para Determinação de Competência	213
2. <i>Auctor Sequitur Forum Rei</i>	214
3. Execução Fiscal.....	214
Art. 47	214
1. <i>Forum Rei Sitae</i>	214

Art. 48	215
1. Foro do Autor da Herança.....	215
2. Foros Subsidiários.....	215
Art. 49	215
1. Foro do Ausente.....	215
Art. 50	216
1. Foro do Incapaz.....	216
Art. 51	216
1. Foro da União	216
2. Usucapião	216
3. Justificação Judicial	216
4. Sociedades de Economia Mista Federal.....	216
5. FGTS	216
6. Reintegração de Servidor Federal.....	217
7. Fundação Habitacional do Exército.....	217
8. RFFSA	217
9. Retificação de Dados Cadastrais da Justiça Eleitoral	217
10. Seguro Marítimo.....	217
11. COBAL e CIBRAZEM.....	217
12. Concessionária de Telefonia e Relação de Consumo.....	217
13. Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.....	217
14. Natureza Constitucional	217
Art. 52	217
1. Foro dos Estados e do Distrito Federal	217
Art. 53	218
1. Foro do Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento ou Dissolução de União Estável	218
2. Foro do Alimentando.....	218
3. Foro do Lugar	219
4. Foro do Lugar do Ato ou Fato	219
5. Foro do Domicílio do Autor ou do Lugar do Fato	219

Seção II

Da Modificação da Competência

1. Modificações da Competência	219
Art. 54	220
1. Competências Modificáveis pela Conexão	220
Art. 55	220
1. Conexão.....	220
2. Classificação da Conexão	220

3. Faculdade Judicial	221
4. Julgamento de Uma das Ações Conexas	221
5. Reunião de Processo de Execução e Processo de Conhecimento.....	221
Art. 56	221
1. Continência	221
Art. 57	221
1. Reunião das Causas	221
2. Obrigatoriedade.....	221
Art. 58	221
1. Prevenção.....	222
2. Prevenção e Produção Antecipada de Prova	222
Art. 59	222
1. Momento da Prevenção	222
2. Prevenção e Juízo Incompetente.....	222
Art. 60	222
1. Imóvel Situado em Mais de Um Estado, Comarca ou Subseção Judiciária	222
Art. 61	222
1. Competência e Conexão Qualificada por Acessoriedade	222
2. Competência e Conexão Qualificada por Reconvenção, Prejudicialidade, Garantia e Compensação.....	223
Art. 62	223
1. Competências Não Modificáveis pela Vontade das Partes	223
Art. 63	223
1. <i>Forum Electionis e Forum Contractus</i>	223
2. Forma do Foro de Eleição.....	223
3. Transmissibilidade do Foro de Eleição	224
4. Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro.....	224

Seção III

Da Incompetência

Art. 64	224
1. Incompetência Relativa	224
2. Incompetência Absoluta	224
3. Procedimento.....	225
4. Recurso	225
5. Decisões do Juízo Incompetente	225
Art. 65	225
1. Prorrogação de Competência	225
2. Legitimidade para Arguir a Incompetência	226

Art. 66	226
1. Conflito de Competência	226
2. Objeto do Conflito de Competência	227

Capítulo II DA COOPERAÇÃO NACIONAL

Art. 67	227
1. Dever de Cooperação	227
2. Cooperação e Arbitragem	227
Art. 68	227
1. Cooperação e Atos Processuais.....	227
Art. 69	227
1. Cooperação e Forma	228
2. Cooperação Judicial e Solicitação de Tribunal Arbitral.....	228
3. Atos Concertados	228

LIVRO III DOS SUJEITOS DO PROCESSO TÍTULO I DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Conceito de Parte.....	230
2. Conceito de Procurador	230

Capítulo I DA CAPACIDADE PROCESSUAL

1. Capacidade Processual	230
2. Requisito para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	230
Art. 70	231
1. Capacidade para Estar em Juízo	231
Art. 71	231
1. Representação e Assistência dos Incapazes	232
2. Pessoa com Deficiência e Acesso à Justiça.....	232
3. Poder Familiar.....	232
4. Tutores	232
5. Curadores	232
6. Tomada de Decisão Processual Apoiada	232
7. Intervenção do Ministério Público	232
Art. 72	233
1. Curador Especial.....	233
2. Curador Especial e Incapazes	233

3. Curador Especial, Prisão e Revelia.....	233
4. Poderes do Curador Especial.....	233
5. Curador Especial e Defensoria Pública	234
6. Curador Especial e Ministério Público.....	234
Art. 73	234
1. Capacidade para Estar em Juízo Ativamente dos Cônjuges ou Conviventes	234
2. Capacidade para Estar em Juízo Passivamente dos Cônjuges ou Conviventes.....	235
3. Capacidade para Estar em Juízo dos Cônjuges ou Conviventes e Ações Possessórias	235
4. Ausência do Consentimento do Cônjuge ou Convivente.....	235
5. Preterição da Formação Litisconsorcial Necessária.....	236
Art. 74	236
1. Suprimento Judicial do Assentimento do Cônjuge	236
2. Recusa do Suprimento Judicial.....	236
Art. 75	236
1. Apresentação e Representação	237
2. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	237
3. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	238
4. Representação dos Entes Despersonalizados.....	238
Art. 76	239
1. Incapacidade Processual e Dever de Dialogar	239
2. Consequências da Não Sanação do Defeito	239
3. Consequências da Não Sanação do Defeito em Grau Recursal	240

Capítulo II

DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Deveres de Todos os Participantes do Processo.....	240
---	-----

Seção I

Dos Deveres

Art. 77	240
1. Proibição Processual.....	241
2. Dever de Veracidade.....	242
3. Dever de Lealdade e de Boa-fé.....	242
4. Dever de Não Formular Alegações Ciente de que Destituídas de Fundamentação.....	242
5. Dever de Não Produzir Provas ou Praticar Atos Inúteis ou Desnecessários à Declaração ou Defesa do Direito	242
6. Dever de Exato Cumprimento das Decisões Judiciais.....	243
7. Dever de Apresentação e Atualização de Endereço.....	243
8. Dever de Não Praticar Inovação Ilegal.....	243
9. Violação aos Deveres.....	243

10. Atos atentatórios ao Exercício da Jurisdição	243
11. Ato atentatório e Dever de Cumprimento das Decisões Judiciais	244
12. Sanções do Atentado.....	244
Art. 78	245
1. Expressões Ofensivas	245
2. Sanções Criminais.....	245
3. Sanções Civis para o Advogado.....	245

Seção II

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Art. 79	246
1. Responsabilidade por Dano Processual	246
Art. 80	246
1. Rol Exemplificativo	246
2. Alegações Desprovidas de Fundamentação	246
3. Alteração da Verdade dos Fatos	247
4. Uso do Processo para Consecução de Objetivo Ilegal	247
5. Resistência Injustificada ao Andamento do Processo.....	247
6. Condução Temerária da Causa.....	247
7. Incidentes Manifestamente Infundados	247
8. Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório.....	247
9. Litigância de Má-fé e Benefício da Gratuidade Judiciária.....	248
Art. 81	248
1. Consequências da Má-fé no Processo.....	248
2. Pluralidade de Litigantes de Má-fé	248
3. Valor da Indenização.....	248

Seção III

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Art. 82	249
1. Ônus de Antecipação de Despesas Judiciais.....	249
2. Despesas Processuais.....	249
3. Justiça Gratuita	249
4. Antecipação de Tutela e Despesas Processuais	249
5. Condenação nas Despesas Processuais	250
6. Princípio da Causalidade.....	251
7. Ministério Público e Despesas Processuais	251
Art. 83	251
1. <i>Cautio Pro Expensis</i>	251

2. Constitucionalidade	252
3. Demandante	252
4. Qualquer Espécie de Ação	252
5. Momento	252
6. Benefício da Gratuidade.....	252
7. Dispensa de Caução às Despesas	253
8. Reforço de Caução	253
9. Caução Espontânea e Caução Forçada	253
10. Caução Real e Caução Fidejussória	253
Art. 84	253
1. Despesas Processuais.....	253
Art. 85	253
1. Honorários Advocatícios.....	255
2. Fixação da Verba Honorária	255
3. Honorários e Fazenda Pública.....	256
4. Honorários a Favor dos Advogados Públicos. Constitucionalidade.....	256
5. Honorários, Cumprimento de Sentença e Execução.....	257
6. Apreciação Equitativa do Juiz.....	258
7. Honorários e Embargos de Terceiros.....	258
8. Honorários Recursais	258
9. Honorários e Cessão de Crédito	259
10. Honorários e Astreintes.....	259
11. Honorários, Ação Rescisória e Repetibilidade	259
Art. 86	259
1. Sucumbência Parcial	259
2. Sucumbência Mínima	260
Art. 87	260
1. Pluralidade de Partes e Despesas Processuais.....	260
2. Pluralidade de Partes e Sucumbência Parcial	260
Art. 88	260
1. Jurisdição Voluntária e Despesas Processuais.....	260
Art. 89	260
1. Juízos Divisórios Voluntários e Despesas Processuais	260
Art. 90	261
1. Desistência, Renúncia, Reconhecimento e Despesas Processuais.....	261
2. Transação e Despesas Processuais.....	261
Art. 91	262
1. Ministério Público e Despesas Processuais	262
2. Fazenda Pública e Despesas Processuais.....	262
Art. 92	262

1. Abandono de Causa e Despesas Processuais	262
Art. 93	263
1. Atos Adiados ou Repetidos e Despesas Processuais	263
2. Justo Motivo	263
Art. 94	263
1. Assistência e Despesas Processuais	263
Art. 95	263
1. Adiantamento de Honorários de Perito e de Assistentes Técnicos	264
2. Honorários Periciais e Ministério Público	264
3. Honorários Periciais e Gratuidade da Justiça	264
Art. 96	264
1. Sanções à Má-fé e Beneficiários	264
Art. 97	265
1. Fundos de Modernização do Poder Judiciário	265
Seção IV	
Da Gratuidade da Justiça	
1. Assistência Judiciária Gratuita	265
Art. 98	265
1. Requisitos da Gratuidade da Justiça	266
2. Pessoa Jurídica e Assistência Judiciária Gratuita	266
3. Instituição Financeira e Gratuidade de Justiça	266
4. Modulação da Gratuidade da Justiça	266
5. Custeio de Prova Pericial e Gratuidade da Justiça	266
Art. 99	267
1. Assistência Judiciária Gratuita e Simples Afirmação de Pessoa Natural	267
2. Pessoa Jurídica e Gratuidade de Justiça	267
3. Duração do Benefício	267
4. Irretroatividade do Benefício	268
5. Concessão Tácita	268
6. Pessoalidade do Benefício	268
7. Recurso no Interesse Exclusivo do Advogado e Gratuidade	268
Art. 100	268
1. Impugnação ao Benefício	268
Art. 101	268
1. Gratuidade da Justiça e Recurso	269
2. Suspensividade do Recurso	269
Art. 102	269
1. Revogação da Gratuidade e Prazo para o Recolhimento das Despesas	269

Capítulo III DOS PROCURADORES

Art. 103	269
1. Representação da Parte em Juízo	270
2. Advocacia em Causa Própria.....	270
Art. 104	270
1. Capacidade Postulatória e Procuração	270
2. Postulação sem Procuração.....	270
Art. 105	270
1. Procuração e Poderes	271
2. Procuração e Assinatura Digital	271
3. Requisitos da Procuração	271
Art. 106	271
1. Ônus do Advogado	272
2. Endereço a Ser Indicado	272
Art. 107	272
1. Direitos do Advogado	272

Capítulo IV DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Sucessão Processual.....	273
Art. 108	273
1. Estabilidade Subjetiva do Processo.....	273
Art. 109	273
1. Alienação da Coisa Litigiosa	273
2. Legitimidade para Causa.....	274
3. Eficácia da Sentença.....	274
Art. 110	274
1. Sucessão Processual Necessária	274
2. Morte da Parte e Direitos Personalíssimos.....	275
Art. 111	275
1. Sucessão de Patronos.....	275
Art. 112	275
1. Denúncia do Mandato	275

TÍTULO II DO LITISCONSÓRCIO

1. Litisconsórcio	276
-------------------------	-----

2. Classificação do Litisconsórcio.....	276
Art. 113	276
1. Fontes do Litisconsórcio	276
2. Litisconsórcio Facultativo	277
3. Litisconsórcio Facultativo Multitudinário.....	277
Art. 114	278
1. Litisconsórcio Necessário.....	278
2. Litisconsórcio Facultativo Unitário	278
Art. 115	279
1. Consequências da Não Formação de Litisconsórcio Necessário.....	279
2. Litisconsórcio Necessário e Ação Rescisória.....	279
Art. 116	279
1. Litisconsórcio Unitário	280
2. Litisconsórcio Unitário e Recurso Interposto por Um Litisconsorte.....	280
Art. 117	280
1. Regimes do Litisconsórcio	280
2. Regime Comum.....	280
3. Regime Especial.....	280
Art. 118	281
1. Condução do Processo	281

TÍTULO III

DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1. Partes e Terceiros.....	282
2. Intervenção de Terceiros.....	282
3. Intervenção Voluntária e Intervenção Forçada.....	282

Capítulo I

DA ASSISTÊNCIA

1. Assistência	282
----------------------	-----

Seção I

Disposições Comuns

Art. 119	282
1. Requisitos	282
2. Estado do Processo.....	283
Art. 120	283
1. Admissão do Assistente Simples	283

Seção II Da Assistência Simples

Art. 121	284
1. Assistência Simples	284
2. Poderes e Ônus do Assistente Simples.....	284
3. Revelia do Assistido	285
Art. 122	285
1. Subordinação do Assistente Simples	285
Art. 123	285
1. Eficácia da Assistência Simples	285
2. <i>Exceptio Male Gesti Processus</i>	286

Seção III Da Assistência Litisconsorcial

Art. 124	286
1. Assistência “Litisconsorcial”	286

Capítulo II DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

Art. 125	286
1. Denúnciação da Lide	287
2. Obrigatoriedade da Denúnciação.....	287
3. Litisdenúnciação pelo Demandante e pelo Demandado	287
4. Hipóteses de Denúnciação	287
5. Cabimento da Denúnciação	287
6. Litisdenúnciação Sucessiva	288
7. Denúnciação da Lide <i>Per Saltum</i>	288
Art. 126	288
1. Momento Oportuno para Denúnciação	288
2. Controle de Ofício	288
3. Prazo para a Convocação do Denunciado	289
Art. 127	289
1. Denúnciação pelo Demandante e Comparecimento do Denunciado.....	289
Art. 128	289
1. Denúnciação pelo Demandado e Comparecimento do Denunciado.....	290
2. Condenação do Denunciado	290
Art. 129	290
1. Decisão Simultânea.....	290
2. Despesas Processuais.....	290

Capítulo III

DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

Art. 130	291
1. Chamamento ao Processo	291
2. Hipóteses	291
3. Cabimento	291
Art. 131	292
1. Momento Oportuno para o Chamamento	292
2. Controle de Ofício	292
3. Citação do Chamado	292
Art. 132	292
1. Eficácia da Decisão	292

Capítulo IV

DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133	293
1. Desconsideração da Personalidade Jurídica	293
2. Desconsideração Inversa	293
3. Pressupostos.....	293
4. Requerimento da Parte ou do Ministério Público e Atuação de Ofício	294
Art. 134	294
1. Cabimento do Incidente	295
2. Desconsideração Requerida na Petição Inicial.....	295
3. Desconsideração Requerida em Outro Momento	295
Art. 135	295
1. Contraditório.....	295
Art. 136	295
1. Decisão e Recurso	295
Art. 137	295
1. Fraude de Execução.....	296

Capítulo V

DO AMICUS CURIAE

Art. 138	296
1. <i>Amicus Curiae</i>	296
2. Representatividade Adequada	296
3. Intervenção de Terceiros e <i>Amicus Curiae</i>	297
4. Extensão dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	297

**TÍTULO IV
DO JUIZ E DOS AUXILIARES
DA JUSTIÇA**

Capítulo I

DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

Art. 139	298
1. Direção do Processo	298
2. Deveres na Direção do Processo	299
3. <i>Imperium</i>	299
4. Flexibilização Procedimental	299
5. Colheita do Interrogatório Livre	299
6. Dever de Saneamento	300
7. Outros Deveres na Direção do Processo	300
Art. 140	300
1. Dever de Decidir.....	300
2. Julgamento da Lide	301
3. Equidade.....	301
Art. 141	301
1. Princípio da Demanda	301
2. Mérito Processual.....	301
3. Questões Conhecíveis de Ofício.....	301
4. Quebra da Congruência Entre Pedido e Tutela Jurisdicional	302
Art. 142	302
1. Uso Ilegal do Processo	302
2. Circunstâncias da Causa.....	302
3. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito	302
Art. 143	302
1. Responsabilidade Civil do Juiz	303
2. Notificação ao Juiz	303

Capítulo II

DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

1. Imparcialidade	303
Art. 144	303
1. Impedimentos.....	304
2. Hipóteses	304
3. Alegação de Impedimento	305
Art. 145	305
1. Suspeições.....	305
2. Hipóteses	305

3. Alegação de Suspeição	306
4. Suspeição por Motivo Superveniente	306
Art. 146	306
1. Alegação de Impedimento	307
2. Alegação de Suspeição	307
3. Legitimidade	307
4. Prazo.....	308
5. Qualquer Tempo e Grau de Jurisdição.....	308
6. Juiz do Processo.....	308
7. Suspensão	308
Art. 147	308
1. Impedimento no Tribunal	309
Art. 148	309
1. Extensão de Impedimentos e Suspeições.....	309
2. Perito e Intérprete	309
3. Procedimento.....	309
4. Procedimento nos Tribunais.....	310
5. Impedimento e Suspeição da Testemunha.....	310

Capítulo III

DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Art. 149	310
1. Auxiliares do Juízo	310

Seção I

Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça

Art. 150	310
1. Ofícios da Justiça.....	310
Art. 151	311
1. Número de Oficiais de Justiça	311
Art. 152	311
1. Atribuições do Escrivão de Justiça	311
2. Impedimento do Escrivão e Substituição para o Ato	312
Art. 153	312
1. Ordem Preferencialmente Cronológica de Publicação e Efetivação de Atos Judiciais	312
Art. 154	312
1. Atribuições do Oficial de Justiça.....	313
Art. 155	313
1. Responsabilidade Civil do Escrivão e do Oficial	313

Seção II Do Perito

Art. 156	313
1. Perito	314
2. Escolha do Perito	314
3. Escolha do Especialista	314
Art. 157	314
1. Dever e Escusa do Perito	315
2. Apresentação da Escusa	315
3. Lista de Peritos.....	315
4. Dever e Escusa do Especialista	315
Art. 158	315
1. Responsabilidade do Perito	315

Seção III Do Depositário e do Administrador

Art. 159	315
1. Depositário e Administrador.....	316
Art. 160	316
1. Remuneração	316
2. Preposto.....	316
Art. 161	316
1. Responsabilidade Civil do Depositário e do Administrador	316

Seção IV Do Intérprete e do Tradutor

Art. 162	317
1. Intérprete e Tradutor.....	317
2. Atribuições.....	317
Art. 163	317
1. Nomeação de Intérprete e de Tradutor	317
Art. 164	318
1. Dever e Escusa	318
2. Responsabilidade do Intérprete e do Tradutor	318

Seção V Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais

Art. 165	318
1. Conciliação	318

2. Mediação	319
3. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos	319
Art. 166	319
1. Princípios da Conciliação e da Mediação.....	319
2. Procedimento.....	320
Art. 167	320
1. Quadro de Conciliadores e Mediadores.....	320
2. Capacitação e Reciclagem	321
Art. 168	321
1. Escolha do Conciliador ou do Mediador	321
Art. 169	321
1. Remuneração	321
2. Trabalho Voluntário	322
Art. 170	322
1. Impedimento e Suspeição do Conciliador e do Mediador.....	322
2. Arguição de Impedimento e Suspeição.....	322
Art. 171	322
1. Impossibilidade Temporária.....	322
Art. 172	322
1. Vedação de Atuação Parcial.....	322
Art. 173	323
1. Exclusão do Cadastro.....	323
Art. 174	323
1. Mediação e Conciliação Públicas	323
Art. 175	323
1. Outras Formas de Autocomposição	323
2. Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação	324

TÍTULO V DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 176	325
1. Papel Constitucional do Ministério Público.....	325
2. Ministério Público e Ações Individuais	325
3. Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais	325
Art. 177	326
1. Ministério Público como Parte.....	326
2. Prerrogativas do Ministério Público	326
3. Litisconsórcio Entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.....	326
Art. 178	326
1. Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	326
2. Ministério Público e Interesse Público Primário.....	326

Art. 179	327
1. Poderes do Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	327
2. Intervenção Obrigatória do Ministério Público e Invalidez Processual	327
Art. 180	328
1. Prazo em Dobro	328
2. Interesse Público e Não Intervenção no Prazo Legal	328
Art. 181	328
1. Responsabilidade Civil do Ministério Público	328

TÍTULO VI DA ADVOCACIA PÚBLICA

Art. 182	329
1. Advocacia Pública	329
Art. 183	329
1. Prazo e Intimação Pessoal	329
Art. 184	329
1. Responsabilidade Civil do Advogado Público	329

TÍTULO VII DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 185	330
1. Função Constitucional da Defensoria Pública	330
2. Defensoria Pública e Honorários Sucumbenciais	330
Art. 186	330
1. Prazo e Intimação Pessoal	330
Art. 187	331
1. Responsabilidade Civil do Defensor Público	331

LIVRO IV DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Atos Processuais	333
---------------------------	-----

TÍTULO I DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Forma	334
2. Tempo	334
3. Lugar	334

Capítulo I
DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I
Dos Atos em Geral

Art. 188	334
1. Instrumentalidade das Formas	334
2. <i>Fac-símile</i>	335
Art. 189	335
1. Publicidade	335
2. Segredo de Justiça	335
Art. 190	336
1. Acordos Processuais	336
2. Objeto.....	336
3. Controle.....	337
Art. 191	337
1. Calendário Processual	337
2. Violação	337
3. Modificação	338
Art. 192	338
1. Língua Portuguesa	338
2. Documento Redigido em Língua Estrangeira.....	338
3. Tradutor Juramentado.....	338

Seção II
Da Prática Eletrônica de Atos Processuais

Art. 193	339
1. Prática Eletrônica.....	339
2. Processo Eletrônico.....	339
Art. 194	339
1. Processo Justo	339
Art. 195	339
1. Registro.....	339
Art. 196	340
1. Poder Regulamentar.....	340
Art. 197	340
1. Presunção de Veracidade e Proteção da Confiança.....	340
2. Justa Causa.....	340
Art. 198	340
1. Infraestrutura	340

Art. 199	341
1. Acessibilidade	341

Seção III

Dos Atos das Partes

Art. 200	341
1. Eficácia Imediata dos Atos Processuais	341
Art. 201	341
1. Recibo.....	341
Art. 202	341
1. Cotas Marginais ou Interlineares	342

Seção IV

Dos Pronunciamentos do Juiz

Art. 203	342
1. Pronunciamentos do Juiz.....	342
2. Sentenças	342
3. Decisões Interlocutórias.....	342
4. Despachos.....	343
Art. 204	343
1. Acórdãos.....	343
2. Decisões Monocráticas	343
Art. 205	343
1. Autenticidade.....	343
2. Assinatura Eletrônica.....	344
3. Publicação.....	344

Seção V

Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

Art. 206	344
1. Recebimento da Inicial.....	344
2. Autos Adicionais e Sobreautuação	344
Art. 207	344
1. Numeração e Rubrica.....	344
2. Faculdade.....	345
Art. 208	345
1. Forma Simplificada.....	345
2. Responsabilidade do Serventuário.....	345

Art. 209	345
1. Autenticidade.....	345
2. Forma Digital	345
Art. 210	346
1. Taquigrafia, Estenotipia e Outros.....	346
Art. 211	346
1. Espaços em Branco, Entrelinhas, Emendas e Rasuras.....	346

Capítulo II

DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I

Do Tempo

Art. 212	346
1. Tempo.....	347
2. Conclusão	347
3. Citações, Intimações e Penhoras.....	347
4. Horário Forense e Horário Bancário	347
Art. 213	347
1. Horário Eletrônico.....	347
Art. 214	348
1. Férias Forenses e Feriados	348
2. Atos Processuais em Feriados	348
Art. 215	348
1. Tramitação Ininterrupta.....	348
Art. 216	348
1. Dias Feriados	348

Seção II

Do Lugar

Art. 217	349
1. Lugar	349

Capítulo III

DOS PRAZOS

Seção I

Disposições Gerais

1. Prazos	349
2. Classificação	350

3. Alterabilidade	350
4. Fluência e Contagem	350
Art. 218	350
1. Prazos Legais e Prazos Judiciais	350
2. Espera	350
3. Dupla Omissão	350
4. Tempestividade	350
Art. 219	351
1. Contagem Dias Úteis	351
2. Suspensão e Interrupção	351
Art. 220	351
1. Recesso Forense	351
Art. 221	351
1. Obstáculo	351
2. Suspensão do Processo	352
3. Autocomposição	352
4. Restituição	352
Art. 222	352
1. Prorrogação	352
2. Redução	352
Art. 223	352
1. Prazos Próprios e Prazos Impróprios	353
2. Preclusão	353
3. Direito de Praticar ou Emendar	353
4. Justa Causa	353
5. Procedimento	354
Art. 224	354
1. Contagem	354
2. Métodos	354
Art. 225	354
1. Renúncia	355
Art. 226	355
1. Prazos para o Juiz	355
Art. 227	355
1. Prazos Impróprios e Inexistência de Preclusão Temporal	355
2. Motivo Justificado	355
Art. 228	355
1. Prazos para o Servidor	356
Art. 229	356
1. Litisconsórcio	356

2. Processo Eletrônico.....	356
Art. 230	356
1. Fluência do Prazo.....	356
Art. 231	356
1. Fluência de Prazo.....	357
2. Correio.....	357
3. Oficial de Justiça.....	357
4. Escrivão ou Chefe de Secretaria.....	357
5. Edital.....	357
6. Eletrônica.....	357
7. Carta.....	358
8. Diário da Justiça Impresso ou Eletrônico.....	358
9. Carga.....	358
10. Pluralidade de Réus e Citação.....	358
11. Pluralidade de Partes e Intimação.....	358
12. Ato Pessoal da Parte.....	358
Art. 232	358
1. Imediatamente Informada.....	358

Seção II

Da Verificação dos Prazos e das Penalidades

Art. 233	358
1. Verificação dos Prazos.....	358
2. Processo Administrativo.....	359
Art. 234	359
1. Restituição dos Autos.....	359
Art. 235	359
1. Excesso de Prazo pelo Juiz.....	360

TÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 236	361
1. Cumprimento dos Atos Processuais.....	361
2. Videoconferência.....	361
Art. 237	361
1. Expedição de Cartas.....	361
2. Carta de Ordem.....	362
3. Carta Rogatória.....	362
4. Carta Precatória.....	362

5. Carta Arbitral	362
6. Inexistência de Juízo Federal	362

Capítulo II DA CITAÇÃO

Art. 238	362
1. Citação.....	362
2. Audiência.....	363
3. Defesa.....	363
4. Atitudes	363
Art. 239	363
1. Validade do Processo	364
2. Inexistência	364
3. Invalidez	364
4. Rejeição	364
Art. 240	364
1. Efeitos.....	364
2. Litispendência	365
3. Litigiosidade da Coisa.....	365
4. Constituição em Mora	365
5. Interrupção da Prescrição	365
6. Dinâmica da Citação.....	366
7. Demais Prazos Extintivos	366
Art. 241	366
1. Comunicação.....	366
Art. 242	366
1. Pessoaalidade e Pessoa Física	367
2. Pessoaalidade e Pessoa Jurídica	367
3. Réu Ausente.....	367
4. Réu Locador Ausente	367
5. Fazenda Pública	367
Art. 243	367
1. Lugar da Citação.....	368
2. Citação do Militar.....	368
Art. 244	368
1. Vedação à Citação	368
Art. 245	368
1. Réu Mentalmente Incapaz ou Impossibilitado	368
2. Procedimento.....	369

Art. 246	369
1. Modalidades	369
2. Cadastro Eletrônico	370
3. Usucapião	370
Art. 247	370
1. Correio.....	370
2. Exceções	370
Art. 248	371
1. Procedimento.....	371
2. Recebimento.....	371
Art. 249	372
1. Oficial de Justiça	372
Art. 250	372
1. Mandado	372
Art. 251	373
1. Procedimento.....	373
Art. 252	373
1. Hora Certa.....	373
2. Procura do Citando	374
3. Suspeita de Ocultação	374
4. Pessoa Intimada	374
5. Dia Útil Imediato.....	374
Art. 253	374
1. Efetivação	375
2. Ultimação	375
3. Revelia	375
Art. 254	375
1. Comunicação	375
Art. 255	376
1. Contíguas.....	376
Art. 256	376
1. Edital	376
2. Desconhecido ou Incerto	376
3. Ignorado, Incerto ou Inacessível	376
4. Dever de Auxílio	377
5. Outros Casos	377
6. Divulgação	377
7. Revelia	377
Art. 257	377
1. Pressupostos.....	378

2. Requisitos	378
3. Procedimento.....	378
4. Prazo de Espera e Prazo de Resposta.....	378
Art. 258	378
1. Alegação Dolosa	378
Art. 259	379
1. Editais Necessários	379

Capítulo III DAS CARTAS

Art. 260	379
1. Requisitos Essenciais	379
2. Requisitos Eventuais.....	380
3. Carta Arbitral	380
Art. 261	380
1. Cumprimento	380
2. Diligência	380
Art. 262	381
1. Itinerante	381
Art. 263	381
1. Meio Eletrônico.....	381
2. Outros Meios.....	381
Art. 264	381
1. Resumo Substancial.....	381
Art. 265	381
1. Telefone.....	382
Art. 266	382
1. De Ofício	382
Art. 267	382
1. Recusa.....	382
2. Requisitos	383
3. Incompetência Absoluta	383
4. Autenticidade.....	383
5. Irresignação em Face do Ato Praticado.....	383
6. Decisão Fundamentada.....	383
Art. 268	383
1. Devolução.....	383

Capítulo IV DAS INTIMAÇÕES

Art. 269	384
1. Intimação	384
2. Modalidades	384
Art. 270	384
1. Meio Eletrônico	384
2. Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública	385
Art. 271	385
1. De Ofício	385
Art. 272	385
1. Publicação	386
2. Indicação Específica	386
3. Carga dos Autos	386
4. Preposto	386
5. Invalidade ou Ineficácia	386
Art. 273	387
1. Escrivão ou Chefe de Secretaria	387
Art. 274	387
1. Correio, Cartório ou Secretaria	387
2. Endereço	387
Art. 275	387
1. Oficial de Justiça	388
2. Certidão	388
3. Hora Certa	388
4. Edital	388

TÍTULO III DAS NULIDADES

1. Forma e Invalidade	389
2. Invalidades Processuais	389
3. Teorias sobre Invalidades Processuais	389
4. Invalidades Processuais e Colaboração	389
Art. 276	390
1. Proibição do <i>Venire contra Factum Proprium</i>	390
Art. 277	390
1. Finalidade	390
Art. 278	390
1. Alegação	390

Art. 279	391
1. Ministério Público	391
2. Alcance	391
Art. 280	391
1. Citações e Intimações.....	391
Art. 281	392
1. Projeção	392
2. Decorrente	392
3. Parcial	392
4. Redução Eficacial.....	392
Art. 282	392
1. Extensão e Providências	392
2. <i>Pas de Nullité Sans Grief</i>	393
3. Mérito.....	393
Art. 283	393
1. Erro de Forma.....	393
2. Atos Necessários	393
3. Prejuízo à Ampla Defesa e ao Contraditório	393

TÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO

Art. 284	394
1. Registro.....	394
2. Distribuição	394
3. Critérios.....	394
Art. 285	394
1. Alternada	394
Art. 286	394
1. Dependência	395
2. Prevenção e Reiteração da Demanda	395
3. Anotação.....	395
Art. 287	395
1. Procuração	396
2. Dispensa	396
Art. 288	396
1. Distribuidor	396
2. Juiz.....	396
Art. 289	396
1. Fiscalização.....	396

Art. 290	397
1. Cancelamento	397

TÍTULO V DO VALOR DA CAUSA

1. Valor da Causa	398
2. Relevância	398
3. Fixação	398
4. Requerimento da Parte e Conhecimento de Ofício	398

Art. 291	398
-----------------------	-----

1. Valor Certo	398
2. Pedido Genérico	398
3. Ausência	399

Art. 292	399
-----------------------	-----

1. Fixação Legal	399
2. Tutela Ressarcitória	399
3. Existência, Validade, Cumprimento, Modificação, Resolução, Resilição ou Rescisão de Negócio Jurídico	400
4. Alimentos	400
5. Divisão, Demarcação e Reivindicação	400
6. Tutela Reparatória	400
7. Cumulação	400
8. Cumulação Simples e Cumulação Sucessiva	401
9. Cumulação Alternativa	401
10. Pedido Alternativo	401
11. Vencidas e Vincendas	401
12. De Ofício	401
13. Casuística	401

Art. 293	402
-----------------------	-----

1. Preliminar de Contestação	402
------------------------------------	-----

LIVRO V DA TUTELA PROVISÓRIA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 294	404
-----------------------	-----

1. Do Processo Cautelar à Parte Geral	404
2. Dos Provimentos Cautelares à Técnica Antecipatória	404
3. Técnica Antecipatória e Tutela dos Direitos	404
4. Tutelas Provisórias	405
5. Antecedente ou Incidental	405

6. Requerimento da Parte.....	405
7. Recurso Cabível	405
8. Fungibilidade.....	406
Art. 295	406
1. Despesas Processuais.....	406
Art. 296	406
1. Provisoriamente.....	406
2. Identidade Parcial ou Total.....	407
3. Referibilidade da Tutela Cautelar à Tutela Satisfativa.....	407
4. Revogação, Modificação e Novo Pedido.....	407
5. Suspensão	407
Art. 297	407
1. Técnica Executiva: da Rigidez à Maleabilidade	407
2. Adequação da Técnica Executiva para Efetivação da Tutela.....	408
Art. 298	408
1. Fundamentação.....	408
2. Claro e Preciso	409
Art. 299	409
1. Competência.....	409
2. Competência nos Recursos.....	409
3. Disposição Especial	409

TÍTULO II DA TUTELA DE URGÊNCIA

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 300	410
1. Tutela de Urgência	410
2. Atipicidade	410
3. Probabilidade do Direito	410
4. Perigo na Demora	410
5. Caução.....	411
6. Momento.....	411
7. Irreversibilidade	411
Art. 301	412
1. Tutela Cautelar	412
Art. 302	412
1. Responsabilidade pelo Dano Oriundo da Tutela de Urgência.....	412
2. Liquidação	412
3. Valores Recebidos em Antecipação de Tutela, Responsabilidade Objetiva e Repetibilidade	412

Capítulo II
DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA
REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 303	413
1. Autonomização da Antecipação da Tutela.....	414
2. Urgência Contemporânea	414
3. Tutela Satisfativa de Urgência	414
4. Procedimento.....	414
Art. 304	415
1. Estabilização da Antecipação da Tutela	415
2. Ônus de Recorrer	415
3. Ação Exauriente.....	416
4. Petição Inicial da Ação Antecedente	416
5. Eficácia da Decisão	416
6. Inconstitucionalidade da Previsão de Coisa Julgada.....	416

Capítulo III
DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR
REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 305	417
1. Tutela Cautelar Preparatória	417
2. Petição Inicial.....	417
3. Liminar Cautelar	418
Art. 306	418
1. Contestação	418
Art. 307	418
1. Revelia	418
2. Procedimento Comum.....	418
Art. 308	418
1. Referibilidade	419
2. Procedimento.....	419
Art. 309	419
1. Cessação de Eficácia.....	419
2. Renovação do Pedido	420
Art. 310	420
1. Ausência de Coisa Julgada sobre o Direito Acautelado	420
2. Prescrição ou Decadência.....	420

TÍTULO III DA TUTELA DA EVIDÊNCIA

Art. 311	421
1. Tutela da Evidência	421
2. Defesa Inconsistente	421
3. Precedentes	421
4. Contrato de Depósito.....	421
5. Prova Contrária.....	422
6. Momento.....	422

LIVRO VI DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

TÍTULO I DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

Art. 312	424
1. Formação do Processo	424
2. Propositura da Ação	424
3. Efeitos.....	424

TÍTULO II DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 313	425
1. Suspensão do Processo	426
2. Hipóteses	426
3. Morte ou Perda da Capacidade Processual da Parte.....	426
4. Omissão no Ajuizamento da Ação de Habilitação.....	427
5. Morte ou Perda da Capacidade Processual do Representante da Parte.....	427
6. Morte ou Perda da Capacidade Processual do Procurador	427
7. Convenção das Partes.....	427
8. Impedimento e Suspeição	427
9. Demandas Repetitivas.....	427
10. Sentença de Mérito	428
11. Força Maior	428
12. Tribunal Marítimo	428
13. Suspensão por Maternidade ou Paternidade.....	428
Art. 314	428
1. Vedação.....	429
2. Urgência.....	429

Art. 315	429
1. Prejudicialidade Externa Penal.....	429
2. Ação Penal Não Exercida	429

TÍTULO III DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 316	430
1. Extinção do Processo	430
Art. 317	430
1. Dever de Prevenção.....	430

PARTE ESPECIAL

LIVRO I DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Processo de Conhecimento e Processo de Execução	431
2. Conhecimento e Execução	431
3. Conhecimento	431
4. Cumprimento de Sentença	432

TÍTULO I DO PROCEDIMENTO COMUM

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 318	433
1. Procedimento e Tutela Jurisdicional dos Direitos	433
2. Procedimento Comum e Procedimentos Diferenciados de Jurisdição Contenciosa.....	433
3. Comparação.....	433
4. Procedimento Comum e Procedimentos Diferenciados de Jurisdição Voluntária	434
5. Comparação.....	434
6. Procedimento Comum.....	434
7. Fases	434
8. Subsidiariedade.....	435

Capítulo II DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 319	435
1. Petição Inicial.....	435

2. Juízo.....	436
3. Partes.....	436
4. Causa de Pedir.....	436
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho.....	437
6. Ônus de Alegar e Dever de Decidir.....	437
7. Normas Jurídicas e Relação com o Caso.....	438
8. Termos Vagos.....	468
9. Princípios, Regras e Postulados.....	468
10. Pedido.....	438
11. Pedido e Tutela do Direito.....	439
12. Revisão de Empréstimo, Financiamento ou Alienação de Bens.....	439
13. Valor da Causa.....	439
14. Provas.....	439
15. Citação.....	440
16. Opção pela Audiência.....	440
Art. 320.....	440
1. Indispensáveis.....	440
2. Úteis.....	440
3. Requisição de Documentos ao Réu.....	440
Art. 321.....	441
1. Emenda.....	441
2. Não Intimação para Correção e Nulidade da Decisão.....	441
3. Indicação Precisa.....	442
4. Indeferimento.....	442
5. Comunicação do Indeferimento da Petição Inicial ao Réu.....	442

Seção II Do Pedido

Art. 322.....	442
1. Pedido Certo.....	442
2. Pedidos Implícitos.....	442
3. Juros e Fazenda Pública.....	443
4. Correção Monetária e Fazenda Pública.....	443
5. Interpretação.....	443
6. Cobrança de Cheque, Juros e Correção Monetária.....	443
Art. 323.....	444
1. Prestações Sucessivas.....	444
2. Exigibilidade.....	444
3. Condenação para o Futuro e Pedido com Função Preventiva.....	444
4. Valor da Causa.....	445

Art. 324	445
1. Pedido Genérico	445
2. Ações Universais	445
3. Impossibilidade de Determinação	445
4. Dependência de Ato do Réu.....	446
5. Indenização e Pedido Genérico	446
Art. 325	446
1. Pedido Alternativo	446
2. Pedido Alternativo e Cumulação Alternativa	447
3. Concentração	447
4. Valor da Causa	447
Art. 326	447
1. Cumulação Alternativa	447
2. Cumulação Sucessiva	448
3. Valor da Causa	448
Art. 327	448
1. Cumulação Simples	448
2. Admissibilidade	448
3. Pedidos Compatíveis.....	449
4. Juízo Competente	449
5. Mesmo Procedimento.....	449
6. Oportunidade	449
7. Valor da Causa	450
8. Despesas Processuais.....	450
9. Concorrência Interior do Pedido.....	450
Art. 328	450
1. Obrigação Indivisível	450
Art. 329	451
1. Estabilidade do Processo	451
2. Adição.....	451
3. Modificação	451
4. Correção do Polo Passivo Antes da Citação.....	451
5. Inexistência de Alteração.....	452
6. Fato Superveniente	452

Seção III

Do Indeferimento da Petição Inicial

Art. 330	452
1. Indeferimento	452
2. Inépcia	453

3. Ilegitimidade e Interesse	453
4. Motivos Formais	453
5. Momento	453
6. Revisão de Empréstimo, Financiamento ou Alienação	454
Art. 331	454
1. Apelação. Indeferida a Petição Inicial, Pode o Autor Apelar	454
2. Retratação	454
3. Processamento	454
4. Urgência	454

Capítulo III DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

Art. 332	455
1. Improcedência Liminar	455
2. Precedente e Jurisprudência	455
3. Prévio Diálogo	456
4. Apelação	456
5. Improcedência Liminar Parcial	457

Capítulo IV DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA

Art. 333	457
-----------------------	-----

Capítulo V DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

Art. 334	457
1. Citação para Audiência	458
2. Conciliador ou Mediador	458
3. Princípios	458
4. Realização da Audiência	458
5. Pauta de Audiências	459
6. Não Comparecimento	459
7. Autocomposição	459

Capítulo VI DA CONTESTAÇÃO

1. Direito de Defesa	459
----------------------------	-----

2. Atitudes do Réu	460
3. Contestação	460
Art. 335	460
1. Prazo	461
2. Prazo para a Contestação e Litisconsórcio Passivo	461
3. Litisconsórcio Passivo e Não Realização da Audiência de Conciliação	461
4. Prazo para a Contestação e Desistência da Ação em Relação a Réu Não Citado	461
Art. 336	461
1. Toda a Matéria de Defesa	461
2. Defesas Processuais e Defesas Materiais	462
3. Coerência da Defesa	462
4. Prova	463
Art. 337	463
1. Ordem	463
2. Citação	464
3. Incompetência Absoluta e Relativa	464
4. Valor da Causa	464
5. Inépcia	464
6. Perempção	464
7. Litispendência	464
8. Coisa Julgada	464
9. Conexão	465
10. Incapacidade Processual	465
11. Convenção de Arbitragem	465
12. Ilegitimidade e Interesse	465
13. Caução ou Prestação Preliminar	466
14. Benefício da Gratuidade	466
15. De Ofício	466
16. Preferência	466
17. Tríplice Identidade	466
18. Relação Jurídica Base	467
Art. 338	467
1. Alegação de Ilegitimidade	467
2. Alteração	468
Art. 339	468
1. Extromissão	468
2. Litisconsórcio	468
Art. 340	468
1. Alegação de Incompetência	469
2. Suspensão da Audiência	469
3. Decisão	469

Art. 341	469
1. Impugnação Específica	469
2. Funções	470
3. Autor e Réu	470
4. Presunção de Veracidade e Confissão	470
5. Litisconsórcio	470
6. Exclusões	470
7. Direitos Indisponíveis	471
8. Prova Substancial	471
9. Contradição em seu Conjunto	471
10. Defensor Público, Advogado Dativo e Curador Especial	471
11. Julgamento Imediato Parcial e Antecipação da Tutela Fundada na Evidência	471
Art. 342	472
1. Novas Alegações	472
2. Direito ou Fato Supervenientes	472
3. Ciência Superveniente de Fato Velho	472
4. De Ofício	472
5. Qualquer Tempo	473

Capítulo VII DA RECONVENÇÃO

Art. 343	473
1. Reconvenção	473
2. Cabimento	473
3. Condições Gerais	474
4. Legitimidade	474
5. Litisconsórcio	474
6. Interesse Processual	474
7. Condições Específicas	474
8. Conexão	474
9. Processo Pendente	475
10. Competência	475
11. Procedimento	475
12. Indeferimento	475
13. Intimação	475
14. <i>Reconventio Reconventionis</i>	475
15. Revelia	476
16. Autonomia	476
17. Julgamento	476
18. Despesas Processuais	476
19. Reconvenção por Curador Especial	476

Capítulo VIII DA REVELIA

Art. 344	476
1. Revelia	476
2. Efeitos.....	477
3. Efeito Material.....	477
4. Efeito Material e Igualdade Substancial	477
5. Advertência.....	477
Art. 345	477
1. Pluralidade de Réus.....	478
2. Direito Indisponível.....	478
3. Prova Substancial	478
4. Inverossímeis ou Contraditórias com a Prova	478
Art. 346	479
1. Efeito Processual.....	479
2. Atos Pessoais.....	479
3. Intimação do Revel e Cumprimento de Sentença.....	479
4. Participação do Revel	479

Capítulo IX DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO

1. Providências Preliminares	480
2. Organização do Processo.....	480
Art. 347	480
1. Conforme o Caso.....	480
2. Casos	480

Seção I Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia

Art. 348	480
1. Ineficácia Material da Revelia	481
2. Prova Documental	481
Art. 349	481
1. Provas	481

Seção II Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor

Art. 350	481
1. Defesa Indireta de Mérito	481

2. Provas	482
3. Ônus de Impugnação Específica	482

Seção III

Das Alegações do Réu

Art. 351	482
1. Preliminares	482
Art. 352	482
1. Vícios Sanáveis.....	482
2. Dever de Prevenção.....	483
Art. 353	483
1. Prosseguimento.....	483

Capítulo X

DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1. Julgamento Conforme o Estado do Processo.....	483
--	-----

Seção I

Da Extinção do Processo

Art. 354	484
1. Extinção do Processo	484
2. Recurso	484

Seção II

Do Julgamento Antecipado do Mérito

Art. 355	484
1. Julgamento Imediato do Mérito	484
2. Cabimento	484
3. Julgamento Imediato e Ônus da Prova	485
4. Direito à Prova e Julgamento Imediato.....	485
5. Decisão	486

Seção III

Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito

Art. 356	486
1. Julgamento Imediato Parcial do Mérito	486
2. Quebra do Dogma da Unidade e Unicidade	486
3. Cabimento	487
4. Liquidação ou Execução.....	487

5. Autos Suplementares	487
6. Agravo de Instrumento	487

Seção IV

Do Saneamento e da Organização do Processo

Art. 357	487
1. Do Despacho Saneador à Organização em Colaboração com as Partes	488
2. Saneamento Compartilhado	488
3. Organização do Processo.....	489
4. Por Escrito	489
5. Em Audiência	489
6. Consensual.....	489
7. Organização Retrospectiva.....	490
8. Organização Prospectiva	490
9. Meios de Prova.....	490
10. Rol de Testemunhas	491
11. Prova Pericial	491
12. Ônus da Prova.....	491
13. Questões de Direito Relevantes.....	491
14. Pautas de Audiência	492

Capítulo XI

DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 358	492
1. Início.....	492
2. Decisões.....	492
Art. 359	492
1. Conciliação	492
2. Meios Alternativos de Solução das Controvérsias	492
Art. 360	492
1. Poder de Polícia.....	493
2. Direção dos Trabalhos.....	493
Art. 361	493
1. Ordem de Produção da Prova	493
2. Prova Oral.....	493
3. Inobservância.....	493
Art. 362	494
1. Adiamento	494
2. Dispensa de Prova.....	494
3. Indeferimento.....	494

Art. 363	494
1. Antecipação ou Adiamento.....	495
Art. 364	495
1. Debates Orais.....	495
2. Memoriais.....	495
Art. 365	495
1. Una e Contínua.....	495
Art. 366	496
1. Prazo Impróprio.....	496
2. Prolação de Sentença.....	496
Art. 367	496
1. Termo de Audiência.....	496
2. Gravação.....	496
Art. 368	497
1. Publicidade.....	497
2. Segredo de Justiça.....	497

Capítulo XII DAS PROVAS

1. Prova.....	497
2. Prova e Direito Probatório.....	497
3. Direito Fundamental à Prova no Processo Civil.....	497

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 369	497
1. Prova e Verdade.....	498
2. Prova Típica e Prova Atípica.....	498
3. Direito das Partes.....	498
4. Prova Ilícita.....	498
5. Prova Ilícita por Contaminação.....	498
Art. 370	499
1. Poderes Instrutórios do Juiz.....	499
2. Diligências Inúteis ou Meramente Protelatórias.....	500
3. Oitiva de Testemunha de Ofício.....	500
Art. 371	500
1. Apreciação da Prova.....	500
2. Modelos de Apreciação da Prova.....	500
3. Constância dos Autos.....	501

4. Forma dos Atos Jurídicos de Direito Material	501
5. Valoração da Prova Pericial e Formação do Convencimento Judicial.....	501
6. Juiz como Destinatário da Prova.....	501
Art. 372	502
1. Prova Emprestada	502
2. Interceptação Telefônica Emprestada do Processo Penal	502
3. Prova Emprestada e Processos Entre as Mesmas Partes.....	502
Art. 373	503
1. Ônus da Prova	503
2. Dupla Finalidade	503
3. Como Regra de Instrução.....	503
4. Como Regra de Julgamento	503
5. Distribuição Fixa e Distribuição Dinâmica	504
6. Condicionantes Materiais da Distribuição Dinâmica	504
7. Condicionantes Processuais da Distribuição Dinâmica	505
8. Inversão do Ônus da Prova	505
9. Convenção sobre o Ônus da Prova.....	506
10. Convenção sobre Ônus de Prova e Relação de Consumo	507
11. Convenção Judicial e Extrajudicial sobre Ônus de Prova	507
12. Convenção sobre Ônus da Prova e Negócios Processuais	507
13. Redistribuição do Ônus da Prova e Recurso	507
Art. 374	507
1. Independência de Prova	507
2. Ônus de Provar e Ônus de Alegar	507
3. Fato Notório	508
4. Prova da Notoriedade.....	508
5. Fato Confessado.....	509
6. Fatos Incontroversos	509
7. Presunção Legal.....	509
Art. 375	509
1. Máximas de Experiência	509
2. Regras de Experiência Comum	510
3. Regras de Experiência Técnica	510
4. Prova Pericial	510
5. Aplicação	510
6. Controle.....	510
Art. 376	511
1. Prova do Direito.....	511
2. Direito Estadual, Municipal e Estrangeiro	511
3. Direito Consuetudinário	511
4. Direito Internacional.....	511

Art. 377	511
1. Carta Probatória.....	512
2. Suspensão do Processo	512
3. Julgamento Final.....	512
Art. 378	513
1. Colaboração	513
2. Sanção.....	513
3. Regras de Exclusão.....	513
Art. 379	513
1. Colaboração das Partes.....	513
2. Direito de Não Produzir Prova contra Si	514
3. Coerção.....	514
4. Consequências	514
Art. 380	514
1. Colaboração de Terceiros.....	514
2. Comparecer e Informar	515
3. Exibir	515
4. Consequências	515
5. Contraditório.....	515

Seção II

Da Produção Antecipada da Prova

Art. 381	516
1. Asseguração de Prova	516
2. Interesse na Asseguração de Prova.....	516
3. Cognição na Ação de Asseguração de Prova	517
4. Competência.....	517
5. Prevenção.....	517
6. Interrupção da Prescrição	517
7. Provas que Podem Ser Colhidas Antecipadamente	518
8. Prova Oral.....	518
9. Prova Pericial	518
10. Prova Documental	518
11. Dispensa de Propositura de Ação Principal	519
12. Honorários Advocatícios.....	519
13. Arrolamento	519
14. Justificação	519
Art. 382	519
1. Petição Inicial.....	520
2. Liminar.....	520
3. Direito de Defesa	520

4. Asseguração de Prova sem Caráter Contencioso	520
5. Audiência.....	520
6. Asseguração de Prova Pericial.....	520
7. Cumulação de Colheita de Provas	521
8. Recurso	521
Art. 383	521
1. Certidões	521

Seção III Da Ata Notarial

Art. 384	521
1. Ata Notarial	521
2. Imagens e Sons Registrados em Arquivos Eletrônicos.....	522
3. Limites à Ata Notarial.....	522

Seção IV Do Depoimento Pessoal

1. Interrogatório Livre e Depoimento da Parte.....	522
Art. 385	522
1. Depoimento da Parte	522
2. Pluralidade de Partes no Mesmo Polo	523
3. Colheita da Prova em Outro Foro	523
4. Procedimento do Depoimento da Parte.....	523
5. Publicidade Mediata	524
Art. 386	524
1. Recusa em Depor	524
2. Motivo Justificado.....	524
3. Emprego de Evasivas	525
Art. 387	525
1. Pessoal e Oral	525
2. Pessoa Jurídica e Absolutamente Incapaz	525
3. Notas Breves	526
4. Procedimento.....	526
Art. 388	526
1. Direito de Recusa	526
2. Fatos Criminosos ou Fatos Torpes Imputados à Parte.....	526
3. Dever de Sigilo.....	527
4. Desonra Própria ou Alheia	527
5. Perigo de Vida.....	527
6. Imprescindibilidade do Depoimento.....	527

Seção V Da Confissão

Art. 389	527
1. Confissão	527
2. Capacidade	528
3. Consequências	528
4. Judicial ou Extrajudicial	528
Art. 390	528
1. Confissão Judicial	528
2. Espontânea ou Provocada	529
3. Escrita ou Oral	529
4. Procurador	529
Art. 391	529
1. Confitente e Sucessores	529
2. Confissão e Litisconsórcio Simples	529
3. Confissão e Litisconsórcio Unitário	530
Art. 392	530
1. Direitos Indisponíveis	530
2. Incapacidade	530
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência	530
4. Extrapolação do Mandato	530
Art. 393	530
1. Anulação	530
2. Causas	531
3. Anulatória	531
4. Legitimidade	531
Art. 394	531
1. Confissão Extrajudicial	531
2. Eficácia da Confissão Extrajudicial Escrita	531
3. Eficácia da Confissão Extrajudicial Oral	531
4. Terceiro ou sem Direção Específica	531
5. Prova Literal	532
Art. 395	532
1. Indivisibilidade	532
2. Simples ou Complexa	532
3. Divisibilidade	532
4. Faculdade	532

Seção VI Da Exibição de Documento ou Coisa

1. Âmbito	533
-----------------	-----

Art. 396	533
1. Exibição	533
2. Multa Coercitiva e Multa Sancionatória.....	533
3. Busca e Apreensão.....	533
4. Documento ou Coisa	534
Art. 397	534
1. Pedido.....	534
2. Individualização.....	534
3. Finalidade	534
4. Circunstâncias.....	534
Art. 398	535
1. Intimação.....	535
2. Resposta.....	535
3. Prova.....	535
Art. 399	535
1. Recusa.....	536
Art. 400	536
1. Decisão	536
2. Não Exibição.....	537
3. Medidas de Apoio.....	537
Art. 401	537
1. Ação de Exibição.....	537
2. Exibição de Ofício.....	537
3. Decisão	538
Art. 402	538
1. Defesa	538
Art. 403	538
1. Recusa à Exibição.....	538
2. Responsabilidade Penal.....	539
3. Medidas de Apoio.....	539
Art. 404	539
1. Escusas.....	539
2. Família.....	539
3. Honra	540
4. Perigo de Ação Penal.....	540
5. Sigilo.....	540
6. Motivos Graves.....	540
7. Exibição Parcial.....	540

Seção VII Da Prova Documental

1.	Prova Documental e Conceito de Documento.....	540
2.	Prova Documental e Prova Documentada	541
3.	Prova Documental e Prova Escrita	541

Subseção I

Da Força Probante dos Documentos

Art. 405		541
1.	Documento Público	541
2.	Fatos	541
Art. 406		542
1.	Prova Substancial	542
2.	Local da Realização do Ato	542
3.	Lei ou Negócio Jurídico.....	542
Art. 407		542
1.	Documento Público Irregular.....	542
2.	Atribuição de Eficácia de Documento Particular	543
3.	Exigência de Prova Substancial	543
Art. 408		543
1.	Documento Particular	543
2.	Autoria Intelectual e Autoria Material	543
3.	Presunção.....	543
4.	Prova da Ciência e Prova do Fato.....	543
5.	Documentos Constitutivos e Documentos Narrativos.....	544
Art. 409		544
1.	Data	544
2.	Dúvida.....	544
Art. 410		545
1.	Autoria e Subscrição	545
2.	Autoria e Ausência de Subscrição.....	545
Art. 411		545
1.	Autenticidade e Veracidade	545
2.	Reconhecimento de Firma	545
3.	Presunção de Autenticidade	546
4.	Documento Particular Autenticado.....	546
5.	Documento Particular Não Autenticado	546
6.	Autenticação por Outros Meios	546
7.	Autenticidade e Não Impugnação	546

Art. 412	546
1. Eficácia Probatória do Documento Particular	546
2. Indivisibilidade	546
Art. 413	547
1. Transmissão de Informações	547
2. Assinatura	547
3. Reconhecimento de Firma	547
Art. 414	547
1. Conforme com o Original	547
2. Terceiro	547
Art. 415	547
1. Declaração Contrária	548
2. Documento Não Assinado	548
3. Carta e Registro Doméstico	548
4. Informalidade	548
5. Título	548
6. Conhecimento de Fatos	548
Art. 416	548
1. Nota Escrita	549
Art. 417	549
1. Livros Comerciais	549
2. Contra o seu Autor e Sucessores	549
3. Presunção	549
Art. 418	549
1. Livros Comerciais Regulares	549
2. Entre Empresários	550
3. Entre Empresário e Não Empresário	550
4. Presunção	550
Art. 419	550
1. Indivisibilidade	550
2. Divisibilidade	550
3. Fatos Favoráveis e Fatos Desfavoráveis	550
Art. 420	551
1. Sigilo Empresarial	551
2. Exibição Integral de Escritos Comerciais	551
3. Não Exibição	551
4. Terceiro	551
Art. 421	551
1. Exibição Parcial de Escritos Comerciais	552
2. Terceiro	552

Art. 422	552
1. Reprodução Mecânica.....	552
2. Cópia.....	553
3. Conformidade.....	553
4. Impugnação.....	553
5. Fotografia Comum e Digital.....	553
6. Jornal.....	553
7. Mensagem Eletrônica (<i>e-mail</i>).....	554
Art. 423	554
1. Cópia.....	554
2. Dúvida.....	554
Art. 424	554
1. Valor Probatante das Cópias.....	554
2. Impugnação.....	554
3. Documentos Digitalizados e Extratos Digitais.....	555
Art. 425	555
1. Mesma Eficácia.....	555
2. Preservação.....	555
3. Juntada.....	556
Art. 426	556
1. Entrelinha, Emenda, Borrão ou Cancelamento.....	556
2. Ponto Substancial.....	556
3. Ressalva.....	556
4. Alteração Maliciosa.....	556
Art. 427	556
1. Cessação de Eficácia.....	556
2. Falsidade Material.....	557
3. Formação de Documento Não Verdadeiro.....	557
4. Alteração de Documento Verdadeiro.....	557
Art. 428	557
1. Cessação de Eficácia de Documento Particular.....	557
2. Assinatura.....	557
3. Documento em Branco.....	558
4. Abuso no Preenchimento.....	558
Art. 429	558
1. Falsidade de Documento.....	558
2. Impugnação de Autenticidade.....	558

Subseção II
Da Arguição de Falsidade

Art. 430	558
1. Declaração de Falsidade.....	558

2. Incidente Processual e Ação Incidental.....	559
3. Objeto.....	559
4. Cabimento.....	559
5. Legitimidade.....	560
6. Prazo.....	560
7. Perante o Tribunal.....	560
8. Preclusão.....	560
Art. 431	560
1. Ação Incidental.....	560
2. Petição.....	560
Art. 432	560
1. Intimação.....	561
2. Resposta.....	561
3. Prova.....	561
4. Documento Original.....	561
5. Concordância e Desentranhamento.....	561
6. Não Produção da Prova Pericial.....	561
Art. 433	561
1. Decisão.....	561
2. Coisa Julgada.....	562
3. Despesas Processuais.....	562

Subseção III

Da Produção da Prova Documental

Art. 434	562
1. Prova Documental e Documentos Indispensáveis.....	562
2. Preclusão.....	562
3. Justa Causa.....	563
4. Poder de Terceiro.....	563
5. Produção da Prova Cinematográfica ou Fonográfica.....	563
Art. 435	563
1. Documentos Novos.....	563
2. Outras Hipóteses.....	564
3. Preclusão.....	564
Art. 436	564
1. Conteúdo do Contraditório.....	564
Art. 437	564
1. Contraditório.....	564
2. Invalidade.....	565
3. Prazo para Manifestação.....	565

Art. 438	565
1. Requisição.....	565
2. Requisitos	566
3. Momento.....	566
4. Descumprimento	566
5. Certidões e Reproduções Fotográficas.....	566
6. Meio Eletrônico.....	567

Seção VIII

Dos Documentos Eletrônicos

Art. 439	567
1. Processo Convencional e Conversão de Documento Eletrônico	567
2. Ausência de Autenticação	567
Art. 440	567
1. Não Conversão.....	567
Art. 441	567
1. ICP-Brasil	567
2. Outras Leis	567

Seção IX

Da Prova Testemunhal

Subseção I

Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal

Art. 442	568
1. Prova Testemunhal.....	568
2. Objeto.....	568
3. Admissibilidade	568
4. Inadmissibilidade da Prova Testemunhal.....	568
Art. 443	569
1. Prova Documental ou Confissão	569
2. Prova Substancial ou Prova Pericial	569
3. Modo Diverso.....	569
Art. 444	569
1. Começo de Prova Escrita	569
Art. 445	570
1. Impossibilidade Material ou Moral	570
Art. 446	570
1. Simulação e Vícios do Consentimento	570

2. Parte.....	570
3. Vontade Real e Vontade Declarada.....	571
Art. 447	571
1. Restrições ao Depoimento Pessoal	571
2. Menor de Dezesesseis Anos	571
3. Cônjuge, Companheiro, Ascendente e Descendente	572
4. Interesse Público e Estado da Pessoa	572
5. Advogado.....	572
6. Informante.....	572
7. Valoração	572
8. Pessoa com Deficiência	572
Art. 448	573
1. Isenção do Dever de Depor	573
2. Possibilidade de Depor.....	573
Art. 449	573
1. Provas em Audiência	573
2. Impossibilidade de Comparecer e Impossibilidade de Prestar Depoimento.....	574
3. Enfermidade ou Outro Motivo Relevante.....	574

Subseção II

Da Produção da Prova Testemunhal

Art. 450	574
1. Apresentação do Rol de Testemunhas	574
2. Dupla Finalidade	575
3. Indicação.....	575
4. Prazo.....	575
5. Número de Testemunhas.....	575
6. Dispensa	576
Art. 451	576
1. Substituição	576
2. Casos	576
Art. 452	576
1. Juiz da Causa como Testemunha	576
Art. 453	577
1. Imediação	577
2. Exceções	577
Art. 454	578
1. Residência, ou Onde Exercem a Sua Função	578
2. Procedimento.....	578
Art. 455	579

1. Informação ou Intimação da Testemunha.....	579
2. Consequências do Não Comparecimento da Testemunha	579
3. Intimação Judicial	580
4. Funcionário Público ou Militar	580
5. Intimação Judicial e Não Comparecimento	580
Art. 456	580
1. Inquirição	581
Art. 457	581
1. Qualificação.....	581
2. Contradita.....	581
3. Procedimento.....	581
4. Escusa.....	582
Art. 458	582
1. Compromisso	582
Art. 459	582
1. Modo de Interrogar.....	582
Art. 460	583
1. Documentação.....	583
Art. 461	583
1. Testemunha Referida	583
2. Acareação.....	584
Art. 462	584
1. Despesas	584
Art. 463	584
1. Serviço Público	584

Seção X

Da Prova Pericial

Art. 464	584
1. Prova Pericial	585
2. Exame, Vistoria e Avaliação	585
3. Cabimento.....	585
4. Conhecimento Técnico Especializado.....	585
5. Outras Provas.....	585
6. Verificação Impraticável.....	586
7. Submissão à Perícia	586
8. Perícia Simplificada.....	586
Art. 465	586
1. Nomeação.....	587

2. Prazo para Entrega do Laudo	587
3. Assistente Técnico e Quesitos	587
4. Honorários Periciais	588
5. Perícia Solicitada por Carta	588
6. Escusa, Recusa e Substituição e Perícia Deprecada	588
Art. 466	588
1. Independentemente de Termo de Compromisso	588
2. Confiança da Parte	588
3. Dever de Comunicação	579
Art. 467	579
1. Escusa	579
2. Recusa	579
3. Novo Perito	579
Art. 468	579
1. Substituição	579
2. Comunicação	590
3. Substituição do Perito e Restituição dos Valores Recebidos	590
Art. 469	590
1. Quesitos Suplementares	590
2. Contraditório	590
3. Indeferimento	591
4. Quesitos Suplementares e Esclarecimentos	591
Art. 470	591
1. Quesitos Impertinentes	591
2. Quesitos Necessários	591
Art. 471	591
1. Perícia Consensual	591
2. Perícia Consensual e Perícia Judicial	592
Art. 472	592
1. Dispensa	592
Art. 473	592
1. Elementos do Laudo Pericial	593
2. Limites do Laudo	593
3. Desempenho de Sua Função	593
4. Instrução do Laudo	593
5. Terceiro	593
Art. 474	594
1. Ciência	594
2. Ineficácia	594

Art. 475	594
1. Perícia Complexa.....	594
2. Peritos e Assistentes Técnicos.....	594
Art. 476	594
1. Prorrogação.....	595
Art. 477	595
1. Prazo de Espera.....	595
2. Intimação.....	595
3. Pedido de Esclarecimentos.....	596
4. Prazo Mínimo.....	596
Art. 478	596
1. Estabelecimentos Oficiais Especializados.....	596
2. Perícia e Assistência Judiciária Gratuita.....	597
3. Autenticidade da Letra e Firma.....	597
Art. 479	597
1. Valoração da Prova Pericial.....	597
2. Formação do Convencimento Judicial.....	598
Art. 480	598
1. Segunda Perícia.....	598
2. Novo Perito.....	598
3. Pronunciamento Judicial.....	598
4. Segundo Parecer Técnico.....	598
5. Objeto e Objetivo.....	598
6. Mesmas Disposições.....	599
7. Não Substituição.....	599

Seção XI Da Inspeção Judicial

Art. 481	599
1. Inspeção Judicial.....	599
2. Objeto.....	599
Art. 482	599
1. Inspeção Direta e Inspeção Indireta.....	599
Art. 483	600
1. Local.....	600
2. Contraditório.....	600
Art. 484	600
1. Auto de Inspeção.....	600

Capítulo XIII DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I Disposições Gerais

Art. 485	600
1. Sentença Terminativa.....	601
2. Sem Resolução de Mérito	601
3. Residualidade.....	602
4. Indeferimento da Petição Inicial	602
5. Negligência das Partes.....	602
6. Abandono de Causa	602
7. Pressupostos Processuais como Requisitos de Existência e Validade do Processo.....	602
8. Pressupostos Processuais como Condições para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	603
9. Pressupostos Processuais e Processo Justo.....	604
10. Pressupostos Processuais e Paridade de Armas	604
11. Legitimidade e Interesse	604
12. Aferição da Legitimidade e do Interesse.....	605
13. Pressupostos Processuais, Condições da Ação e Conhecimento de Ofício e a Qualquer Tempo.....	605
14. Convenção de Arbitragem	605
15. Reconhecimento da Própria Competência pelo Juízo Arbitral	605
16. Desistência da Ação	606
17. Intransmissibilidade da Ação	606
18. Demais Casos	606
Art. 486	606
1. Nova Ação	607
2. Correção	607
3. Litispendência e Coisa Julgada.....	607
4. Perempção	607
5. Prova do Pagamento.....	607
Art. 487	607
1. Sentença Definitiva.....	608
2. Julgamento de Mérito e Resolução de Mérito	608
3. Acolhimento ou Rejeição do Pedido.....	608
4. Confusão.....	608
5. Decadência ou Prescrição	608
6. Reconhecimento Jurídico do Pedido	608
7. Transação	609
8. Renúncia à Pretensão	609

9. Dever de Diálogo	610
Art. 488	610
1. Prevalência do Julgamento de Mérito	610

Seção II

Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença

Art. 489	610
1. Sentença e Decisão	611
2. Elementos Essenciais	611
3. Relatório	611
4. Fundamentação	612
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	612
6. Indicação, Reprodução ou Paráfrase	612
7. Termos Vagos	613
8. Qualquer Outra Decisão	613
9. Dever de Debate	613
10. Precedentes	614
11. Distinção	614
12. Superação	614
13. Colisão Entre Normas	615
14. Interpretação	615
15. Dispositivo	615
Art. 490	616
1. Acolhimento ou Rejeição	616
2. Cumulação de Pedidos	616
Art. 491	616
1. Sentença Líquida	616
2. Sentença Ilíquida	616
Art. 492	617
1. Sentença Conforme ao Pedido	617
2. Mitigação	617
3. Sentença Certa e Relação Condicional	618
4. Sentença Condicional	618
Art. 493	618
1. Fato Superveniente	618
2. Instâncias Ordinárias	619
3. Contraditório	619
Art. 494	619
1. Preclusão	619
2. Inexatidões Materiais e Erros de Cálculo	619

3. Embargos de Declaração.....	620
Art. 495	620
1. Hipoteca Judiciária	621
2. Tutela Pecuniária.....	621
3. Hipoteca Judiciária, Tutela Cautelar e Penhora	621
4. Registro.....	621
5. Responsabilidade	621

Seção III

Da Remessa Necessária

Art. 496	622
1. Remessa Necessária.....	622
2. Sentença Contrária	623
3. Acolhimento Total ou Parcial de Embargos.....	623
4. Demais Casos	623
5. Procedimento.....	623
6. Dispensa	623
7. Julgamento.....	623

Seção IV

Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa

Art. 497	624
1. Tutela dos Direitos e Técnica Processual.....	624
2. Tutela Específica e Tutela pelo Resultado Prático Equivalente	624
3. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito.....	625
4. Tutela Ressarcitória na Forma Específica	625
5. Tutela Específica do Adimplemento	625
6. Ato Ilícito, Fato Danoso e Inadimplemento	626
7. Tutela Específica, Resultado Prático Equivalente e Tutela pelo Equivalente Monetário ..	626
8. Tutela Positiva e Tutela Negativa.....	627
9. Antecipação da Tutela	627
10. Sentença Mandamental e Sentença Executiva.....	628
Art. 498	628
1. Tutela dos Direitos e Técnica Processual.....	628
2. Tutela do Adimplemento da Obrigação Contratual de Entregar Coisa Móvel	629
3. Tutela do Adimplemento da Obrigação de Entregar Coisa Móvel e Tutela de Imissão na Posse de Coisa Móvel.....	629
4. Tutela Específica Mediante Entrega de Coisa em Substituição à Defeituosa.....	629
5. Tutela de Imissão na Posse	629
6. Tutela Reivindicatória	630

7. Tutela de Reintegração de Posse.....	630
8. Comodato.....	630
9. <i>Leasing</i>	630
10. Tutela Ressarcitória na Forma Específica Mediante a Entrega de Coisa.....	630
11. Antecipação da Tutela.....	630
12. Sentença Mandamental e Sentença Executiva.....	631
13. Individualização da Coisa.....	631
14. Instante da Individualização.....	631
15. Impugnação da Individualização da Coisa.....	631
16. Localização da Coisa.....	631
17. Direito de Retenção.....	631
Art. 499	632
1. Tutela pelo Equivalente Monetário.....	632
2. Requerimento da Parte.....	632
Art. 500	633
1. Cumulação da Indenização com a Multa.....	633
Art. 501	633
1. Emissão de Declaração de Vontade.....	633
2. Sentença Executiva.....	633
3. Momento de Eficácia.....	633
4. Antecipação da Tutela.....	634
5. Consequências da Sentença e Nova Situação.....	634
6. Pré-contrato e Contrato Definitivo.....	634
7. Validade, Eficácia e Registro do Pré-contrato.....	634
8. Prévia Interpelação.....	635
9. Consequências da Sentença e Contrato Definitivo.....	635
10. Sinalagma.....	635
11. Sentença de Improcedência.....	635

Seção V Da Coisa Julgada

1. Coisa Julgada, Segurança Jurídica e Estado Constitucional.....	635
Art. 502	636
1. Eficácia e Autoridade da Sentença.....	636
2. Coisa Julgada: da Estática à Dinâmica, da Vontade das Partes à Evolução do Debate.....	636
3. Coisa Julgada e Preclusão.....	636
4. Trânsito em Julgado.....	637
5. Limites.....	637
6. Eficácia.....	637
7. Relativização da Coisa Julgada.....	637
8. Negativa de Submissão a Exame de DNA e Relativização da Coisa Julgada.....	638

Art. 503	638
1. Limites Objetivos	638
2. Coisa Julgada sobre a Questão Prejudicial	639
Art. 504	640
1. Não Fazem Coisa Julgada.....	640
Art. 505	640
1. Limites Temporais	640
2. Mesma Lide.....	640
3. Trato Continuado	641
4. Demais Casos	641
5. Nova Ação	641
Art. 506	641
1. Limites Subjetivos.....	641
2. Não Prejudicando Terceiros	642
3. Coisa Julgada e Obrigação Solidária.....	642
4. Causas Relativas ao Estado de Pessoa.....	642
Art. 507	643
1. Preclusão.....	643
2. Ordem Pública.....	643
Art. 508	643
1. Eficácia Preclusiva.....	643
2. Alegações e Defesas	643

Capítulo XIV DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Liquidação de Sentença	644
2. Formas de Liquidação	644
3. Dimensionamento do Dano no Juízo Penal.....	645
4. Decisão da Liquidação	645
5. Coisa Julgada	645
6. Condenação Genérica Coletiva e Liquidação.....	645
Art. 509	645
1. Liquidação da Obrigação	646
2. Valor Devido.....	646
3. Parte Líquida e Parte Ilíquida.....	646
4. Requerimento	646
5. Intimação.....	646
6. Liquidação por Cálculos.....	647
7. Fidelidade ao Título	647
8. Fidelidade ao Título e Inclusão de Expurgos Inflacionários.....	647

9. Autorização Legal.....	647
10. Liquidação Zero.....	648
11. Alteração da Modalidade de Liquidação e Súmula 344/STJ.....	648
Art. 510	649
1. Liquidação por Arbitramento	649
2. Regras da Perícia	649
3. Requerimento	649
4. Nomeação.....	649
5. Contraditório.....	649
6. Laudo	650
7. Esclarecimentos e Audiência.....	650
8. Decisão	650
9. Presunções e Deduções na Liquidação por Arbitramento.....	650
Art. 511	650
1. Liquidação pelo Procedimento Comum.....	650
2. Fato Novo	650
3. Procedimento Comum.....	651
4. Liquidação pelo Procedimento Comum e Créditos-prêmio de IPI	651
Art. 512	651
1. Pendência de Recurso.....	651

TÍTULO II

DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Processo de Execução no Código Buzaid.....	653
2. Cumprimento da Sentença no Código Atual	653
Art. 513	653
1. Cumprimento da Sentença	654
2. Sentenças Autossuficientes	654
3. Sentenças Não Autossuficientes	654
4. Sentença Condenatória ao Pagamento de Quantia e Cumprimento da Sentença por Execução Forçada.....	654
5. Técnicas de Indução e de Sub-rogação e Pagamento de Quantia	655
6. Cumprimento de Decisão Definitiva e Cumprimento de Decisão Provisória	656
7. Intimação do Devedor.....	656
8. Sujeição Passiva ao Cumprimento de Sentença	656
Art. 514	657
1. Condição ou Termo.....	657
2. Requerimento de Cumprimento e Instrução	657

Art. 515	657
1. Títulos Executivos Judiciais.....	658
2. Sentenças e Decisões que Dependem de Cumprimento	658
3. Sentença Declaratória e Execução Forçada.....	658
4. Sentença Homologatória	658
5. Acordo Extrajudicial Homologado Judicialmente	659
6. Formal e Certidão de Partilha.....	659
7. Crédito do Auxiliar da Justiça Aprovado Judicialmente.....	659
8. Sentença Penal Condenatória	659
9. Sentença Arbitral	660
10. Sentença e Decisão Interlocutória Estrangeira	660
11. Ausência de Reexame Necessário e Nulidade do Título	660
12. Interpretação do Título Judicial	660
13. Ordem de Citação	661
Art. 516	661
1. Competência.....	661
2. Conexão de Cumprimentos de Sentença.....	661
3. Conexão e Tutela Coletiva.....	661
4. Tribunal Marítimo	661
Art. 517	662
1. Protesto do Título Judicial.....	662
2. Protesto e Requisitos do Título Judicial	662
Art. 518	662
1. Competência para o Conhecimento das Questões da Execução	662
2. Atos Praticados em Razão de Carta ou de Auxílio Direto.....	662
Art. 519	663
1. Regime das Tutelas Provisórias.....	663

Capítulo II

DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Art. 520	663
1. Cumprimento Imediato da Decisão Provisória.....	663
2. Espécies de Decisões Passíveis de Cumprimento Imediato na Pendência de Recurso Não Recebido com Efeito Suspensivo.....	664
3. Cumprimento do Mesmo Modo que o Definitivo	664
4. Regime.....	664
5. Iniciativa e Responsabilidade do Demandante	664
6. Restituição ao Estado Anterior e Dever de Reparar o Dano.....	665
7. Caução Suficiente e Idônea	665
8. Multa Sancionatória de 10% (Dez por Cento) na Execução de Decisão Provisória (art. 523, § 1.º, CPC)	666
9. Cumprimento Provisório de Sentença e Honorários Advocatícios	666

Art. 521	666
1. Dispensa de Caução	667
Art. 522	667
1. Instrução do Requerimento	668
2. Outros Documentos Obrigatórios	668

Capítulo III

DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

1. Cumprimento de Prestação Pecuniária	668
Art. 523	668
1. Requerimento de Execução	668
2. Admissão da Execução	669
3. Cabimento de Honorários de Advogado na Fase de Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	669
4. Pagamento Voluntário	669
5. Prazo para Pagamento Voluntário e Executado Assistido pela Defensoria Pública	670
6. Intimação para Pagamento	670
7. Multa Punitiva	670
8. Pagamento em Face de Decisão Definitiva e Pagamento em Face de Decisão Provisória ..	671
9. Pagamento Parcial	671
10. Seguimento para Execução	671
11. Penhora <i>On-line</i>	671
12. Preferência da Penhora <i>On-line</i> sobre Todas as Outras Formas de Penhora	672
13. Avaliação	672
Art. 524	672
1. Requerimento de Execução	673
2. Demonstrativo de Crédito	673
3. Contador do Juízo	673
4. Intimação do Credor	673
5. Litígio sobre o Valor da Execução	674
6. Dados Existentes	674
7. Justificativa	674
8. Presunção de Correção dos Cálculos	674
Art. 525	675
1. Defesa do Executado	676
2. Impugnação	676
3. Legitimidade	676
4. Dispensa de Prévia Segurança do Juízo	677
5. Matérias	677
6. Inexistência ou Invalidade da Citação	677
7. Ilegitimidade das Partes	677
8. Inexequibilidade do Título ou Inexigibilidade da Obrigação	678
9. Ausência de Reexame Necessário e Nulidade do Título	678

10. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	678
11. Excesso de Execução	678
12. Incompetência Relativa ou Absoluta	679
13. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superveniente à Sentença....	679
14. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	679
15. Inexigibilidade de Obrigação e ADIn 2.418/DF	682
16. Recebimento e Rejeição	682
17. Efeito Suspensivo.....	683
18. Relevantes Fundamentos	683
19. Manifestamente Suscetível.....	683
20. Grave Dano de Difícil ou Incerta Reparação	683
21. Penhora, Depósito ou Caução Suficientes	684
22. Decisão	684
23. Suspensão Total e Suspensão Parcial.....	684
24. Modulações do Efeito Suspensivo.....	684
25. Prosseguimento da Execução	685
26. Procedimento.....	685
27. Decisão Final	685
28. Apelação e Agravo de Instrumento.....	686
29. Coisa Julgada e Preclusão	686
30. Defesa Ulterior no Cumprimento de Sentença	686
31. Exceção de Pré-executividade.....	686
Art. 526	687
1. Cumprimento Espontâneo e Depósito Judicial	687
Art. 527	688
1. Cumprimento Provisório de Sentença.....	688

Capítulo IV

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS

Art. 528	688
1. Alimentos	688
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	689
3. Título Executivo	690
4. Requerimento do Credor	690
5. Citação do Executado	690
6. Impossibilidade de Pagamento.....	690
7. Prisão Civil.....	690
8. Prazo da Prisão.....	691
9. Prisão Civil e Prisão Domiciliar.....	692
10. Prisão Civil e Acordo Celebrado em Ação de Alimentos	692
11. Prisão Civil e Pagamento Parcial do Débito.....	692
12. Protesto.....	692
13. Expropriação.....	692

14. Cumprimento por Expropriação e Oferecimento de Impugnação	692
15. Cumprimento de Decisão Provisória de Prestação Alimentar	693
16. Competência.....	693
17. Execução de Honorários como Prestação Alimentar	693
Art. 529	693
1. Desconto em Folha	693
2. Dever de Terceiros.....	694
3. Desconto em Renda	694
Art. 530	694
1. Execução por Expropriação.....	694
Art. 531	694
1. Regime Comum a Alimentos Definitivos e Provisórios.....	694
Art. 532	695
1. Conduta Procrastinatória	695
Art. 533	695
1. Técnicas Processuais e Prestação de Alimentos.....	695
2. Constituição de Capital.....	696
3. Folha de Pagamento, Fiança Bancária ou Garantia Real	696
4. Condições Econômicas	696
5. Salário Mínimo	696
6. Cessação da Obrigação.....	697
7. Outras Técnicas Disponíveis aos Alimentos Civis	697

Capítulo V

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

Art. 534	697
1. Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.....	697
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública ..	698
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial. Pode-se Efetivar, contra a Fazenda Pública, Tanto Títulos Judiciais como Extrajudiciais	698
4. Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória.....	698
5. Requerimento	699
6. Litisconsórcio Ativo.....	699
7. Multa Sancionatória	699
Art. 535	699
1. Intimação para Oposição de Impugnação.....	700
2. Impugnação à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensi- vo	700
3. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	700
4. Pedido de Cumprimento Não Impugnado e Honorários de Sucumbência	701

5. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal.....	701
6. Precatório.....	701
7. Precatório Alimentar.....	702
8. Débitos de Natureza Alimentícia	702
9. Precatório Complementar	702
10. Ausência de Pagamento de Precatório	702
11. Crédito de Pequeno Valor.....	703
12. Preferência e Sequestro.....	703
13. Alegação de Excesso de Execução	704
14. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade	704
15. Inexigibilidade do Título e ADIn 2.418/DF	706

Capítulo VI

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

Seção I

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer

Art. 536	707
1. Tutela Específica e Resultado Prático Equivalente	707
2. Poder Executivo e Medidas Necessárias	708
3. Prisão Civil. STF	708
4. Prisão Civil.....	709
5. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	710
6. Quebra da Congruência Entre o Pedido e a Sentença.....	710
7. Alteração da Sentença na Fase de Cumprimento.....	711
8. Defesa do Demandado.....	711
9. Intervenção Judicial.....	711
10. Litigância de Má-fé e Sanção Criminal.....	712
11. Deveres de Fazer e Não Fazer.....	712
Art. 537	712
1. Multa Coercitiva	712
2. Cabimento da Multa	713
3. Imposição de Multa contra a Fazenda Pública.....	713
4. Multa de Ofício ou a Requerimento	714
5. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	714
6. Adequação do Valor da Multa	714
7. Beneficiário da Multa.....	714
8. Momento a Partir do Qual a Multa se Torna Eficaz e Momento a Partir do Qual Pode Ser Executada	714
9. Realização da Multa.....	715
10. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	715
11. Cumulação da Indenização com a Multa.....	716

Seção II

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade
de Obrigação de Entregar Coisa

Art. 538	716
1. Busca e Apreensão e Imissão na Posse	716
2. Multa Coercitiva e Medidas Necessárias	716
3. Súmula 500, STF	716
4. Adequação das Medidas Executivas	717
5. Localização da Coisa.....	717
6. Busca e Apreensão, Imissão na Posse, Multa Coercitiva e Medidas Necessárias contra a Fazenda Pública	717
7. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	717
8. Direito de Retenção	717
9. Defesa do Demandado.....	718

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. Procedimentos Especiais.....	719
2. Procedimentos Especiais no Código Buzaid.....	719
3. Procedimentos Especiais Depois das Reformas de 1994 e no Código de 2015.....	719
4. Negócios Processuais e Procedimentos Específicos	719

Capítulo I

DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO
EM PAGAMENTO

Art. 539	719
1. Ação de Consignação em Pagamento	720
2. Direito Civil.....	720
3. Locações	720
4. Direito Tributário.....	720
5. Cognição na Ação de Consignação em Pagamento	720
6. Objeto da Prestação	721
7. Facultatividade.....	721
8. Legitimidade Ativa	721
9. Legitimidade Passiva.....	721
10. Momento para Consignação	721
11. Depósito Bancário	722
Art. 540	722
1. Competência.....	722
2. Cessação dos Juros e dos Riscos.....	722

Art. 541	722
1. Prestações Periódicas.....	722
2. Data do Vencimento	722
3. Trânsito em Julgado	723
Art. 542	723
1. Depósito	723
2. Depósito na Consignatória de Aluguéis	723
3. Dispensa do Depósito	723
4. Discussão sobre o Conteúdo das Prestações.....	724
Art. 543	724
1. Direito de Escolha.....	724
Art. 544	724
1. Prazo.....	724
2. Matéria	724
3. Revelia	724
Art. 545	725
1. Depósito Insuficiente.....	725
2. Parcela Incontroversa	725
3. Título Executivo	726
Art. 546	726
1. Despesas Processuais.....	726
2. Reconhecimento Jurídico do Pedido	726
Art. 547	726
1. Dúvida sobre Quem Deva Legitimamente Receber	726
2. Credor de Um dos Credores.....	727
Art. 548	727
1. Duas Fases	727
2. Primeira Fase	727
3. Segunda Fase	727
Art. 549	728
1. Resgate do Aforamento.....	728

Capítulo II

DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

Art. 550	728
1. Ação para Tomar Contas.....	728
2. Dever de Prestar Contas.....	729
3. Quitação	729
4. Fases	729

5. Consórcio.....	729
6. Conta-Corrente	729
7. Ação de Exigir Contas e Contrato de Mútuo e Financiamento	730
8. Cooperativa.....	730
9. Ex-Prefeito	730
10. Inventariante.....	730
11. Sócio-Gerente.....	730
12. Petição Inicial da Ação de Exigir Contas	730
13. Apresentação de Contas	731
14. Contestação	731
15. Contestação e Apresentação de Contas	731
16. Revelia	731
17. Procedimento.....	731
18. Decisão da Primeira Fase.....	731
19. Contraditório sobre as Contas	732
20. Sentença da Segunda Fase.....	732
21. Despesas Processuais.....	732
22. Ação de Exigir Contas e Revisão de Cláusula Contratual	732
Art. 551	732
1. Forma Adequada.....	732
2. Documentos Justificativos	732
3. Contas do Autor.....	733
Art. 552	733
1. Título Executivo	733
Art. 553	733
1. Inadimplemento	733

Capítulo III DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 554	733
1. Ações Possessórias.....	734
2. Ação de Reintegração de Posse e Ação de Imissão de Posse	734
3. Ação de Reintegração de Posse, Ação Reivindicatória e Ação de Imissão de Posse.....	735
4. Fungibilidade Entre as Tutelas Possessórias.....	735
5. Conflito Coletivo Possessório	735
6. Ação Possessória e Desconstituição de Contrato	736
7. Ação Possessória e Exclusão de Compossuidor	736
8. Legitimidade dos Herdeiros para a Ação Possessória	736
9. Competência Para Ações Possessórias	736

Art. 555	737
1. Cumulação de Pedidos	737
2. Pedido de Desfazimento de Construção ou Plantação	737
3. Medidas Indutivas para Dar Cumprimento à Ordem Possessória	737
4. Modalidades Executivas para a Inibição de Novo Esbulho ou Turbação	737
5. Modalidades Executivas para o Desfazimento de Construção ou Plantação Feita em Detrimento da Posse	738
6. Dever de Custeio das Despesas para o Desfazimento e Meio Executivo para a Sua Imposição	738
7. Utilidade do Desfazimento da Construção ou da Plantação	738
8. Tutela Definitiva da Parte Incontroversa da Demanda e Cumulação do Pedido Possessório com o Pedido de Perdas e Danos.....	738
Art. 556	738
1. Viabilidade de se Requerer Tutelas Possessória e Ressarcitória na Própria Contestação ...	738
2. Tutelas de Reintegração de Posse e de Ressarcimento dos Frutos Demandadas na Contestação	738
Art. 557	739
1. Exceção de Domínio na Pendência do Juízo Possessório.....	739
2. Razão de Ser da Proibição da Discussão do Domínio nas Ações Possessórias	740
3. Constitucionalidade da Proibição da Discussão do Domínio na Pendência da Ação Possessória.....	740
4. Aplicabilidade da Súmula 487, STF	740
5. Ação Possessória e Oposição	740
Art. 558	740
1. Procedimento Possessório e Tutela Possessória	740
2. Procedimento Especial para a Tutela Possessória	741
3. Mais de Ano e Dia e Utilização das Técnicas Processuais dos Arts. 550 a 552, CPC.....	741
4. Tutela Antecipatória em Caso de Mais de Ano e Dia.....	741
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente	742
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia	742
Art. 559	742
1. Pedido ao Juiz para que Ordene ao Autor que Requeira Caução	742
2. Pedido nos Autos da Ação Possessória.....	742
3. Caráter Assecuratório da Medida	742
4. Momento do Requerimento.....	742
5. Caução Real e Fidejussória.....	743
6. Hipossuficiência Econômica	743

Seção II

Da Manutenção e da Reintegração de Posse

Art. 560	743
1. Manutenção e Reintegração de Posse	743
2. Composse	743

3. Detenção.....	743
4. Servidão de Trânsito e Proteção Possessória	743
5. Tutela Possessória e Bens Imateriais	743
6. Reintegração de Posse e <i>Leasing</i>	744
7. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Cláusula Resolutiva Expressa	744
8. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Necessidade de Notificação	744
9. <i>Leasing</i> e Descabimento de Ação de Reintegração de Posse.....	745
Art. 561	745
1. Ação Fundada na Posse	745
2. Prova da Posse	746
3. Turbação ou Esbulho	746
4. Data da Turbação ou do Esbulho.....	746
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	746
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia	746
7. Atos Repetitivos, Turbação e Contagem do Prazo de Ano e Dia	746
8. Notificação Prévia e Ação Possessória	746
Art. 562	747
1. Petição Inicial Devidamente Instruída e Dever de Concessão de Tutela Possessória Antecipada.....	747
2. Tutela Antecipada na Ação de Reintegração de Posse Fundada no Art. 552, CPC	747
3. Designação de Audiência de Justificação	747
4. Não Designação de Audiência de Justificação.....	748
5. Citação do Réu para Comparecer à Audiência.....	748
6. Forma de Participação do Réu na Audiência.....	748
7. Prazo para o Réu Contestar	748
8. Pessoa Jurídica de Direito Público e Necessidade de Audiência Prévia.....	748
9. Prazo para a Pessoa Jurídica de Direito Público se Pronunciar	748
10. Pessoa Jurídica de Direito Público	748
Art. 563	749
1. Suficiência da Justificação	749
2. Mandado de Manutenção e Mandado de Reintegração.....	749
3. Aplicabilidade dos Arts. 536 e 538, CPC, na Execução da Manutenção e da Reintegração	749
Art. 564	749
1. Necessidade da Intimação do Autor, Acerca da Decisão sobre a Tutela Antecipatória, para a Fluência do Prazo de Cinco Dias	749
2. Promoção da Citação	749
Art. 565	749
1. Conflito Coletivo Possessório	750
2. Liminar e Mediação Prévia	750
3. Participação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	750
4. Inspeção Judicial	750
5. Participação dos Órgãos de Política Agrária e Política Urbana.....	751
6. Conflitos Coletivos sobre Propriedade de Imóvel	751

Art. 566	751
1. Aplicabilidade dos Arts. 550 a 552, CPC	751

Seção III Do Interdito Proibitório

Art. 567	751
1. Tutela Inibitória Possessória	751
2. Justo Receio	751
3. Repetição de Moléstia da Posse	751
4. Multa como Meio Executivo	751
5. Interdito Proibitório e Tutela Inibitória na Proteção de Bem Imaterial	752
Art. 568	752
1. Aplicabilidade das Normas da Seção Antecedente ao Interdito Proibitório	752

Capítulo IV DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I Disposições Gerais

Art. 569	752
1. Ação de Demarcação	752
2. Ação de Divisão	752
3. Duplicidade	752
4. Perpetuidade	753
5. Total ou Parcial	753
6. Terras Particulares	753
7. Ação Demarcatória e Ação Reivindicatória	753
8. Ação Demarcatória e Ação Possessória	753
Art. 570	754
1. Cumulação	754
Art. 571	754
1. Demarcação e Divisão Extrajudiciais	754
Art. 572	754
1. Terceiros	754
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	755
3. Cumulação Alternativa	755
4. Litispendência	755
5. Trânsito em Julgado	755
6. Denúnciação da Lide	755
Art. 573	756
1. Dispensa da Prova Pericial	756

Seção II Da Demarcação

Art. 574	756
1. Competência.....	756
2. Legitimação.....	756
3. Causa de Pedir.....	757
4. Pedido.....	757
5. Valor da Causa.....	757
6. Documentos Necessários.....	757
Art. 575	757
1. Qualquer Condômino.....	757
2. Litisconsórcio.....	757
Art. 576	757
1. Citação.....	757
2. Citação por Edital.....	757
Art. 577	758
1. Prazo.....	758
2. Prazo em Dobro.....	758
Art. 578	758
1. Contestação.....	758
2. Procedimento.....	758
Art. 579	758
1. Perícia.....	758
2. Assistentes Técnicos.....	759
Art. 580	759
1. Laudo Pericial.....	759
2. Laudo dos Assistentes.....	759
Art. 581	759
1. Sentença de Procedência.....	759
2. Sentença de Improcedência.....	759
3. Efeito Anexo da Sentença de Procedência.....	759
Art. 582	759
1. Trânsito em Julgado.....	760
2. Cumprimento de Sentença.....	760
Art. 583	760
1. Cadernetas de Operações de Campo e Memorial Descritivo.....	760
Art. 584	760
1. Marcos.....	760
Art. 585	760
1. Relatório.....	761
2. Peritos e Agrimensor.....	761
Art. 586	761
1. Manifestação das Partes.....	761

2. Decisão	761
3. Auto de Demarcação	761
Art. 587	761
1. Sentença Homologatória da Demarcação	761

Seção III Da Divisão

Art. 588	761
1. Competência	762
2. Legitimação	762
3. Causa de Pedir	762
4. Pedido	762
5. Cumulação	762
6. Valor da Causa	763
7. Documentos Necessários	763
8. Ação Divisória e Compose	763
Art. 589	763
1. Citação	763
2. Citação por Edital	763
3. Prazo	763
4. Prazo em Dobro	763
5. Contestação	763
6. Procedimento	763
7. Sentença de Procedência	764
Art. 590	764
1. Cumprimento da Sentença	764
2. Elementos do Laudo Pericial	764
Art. 591	764
1. Pedido de Constituição dos Quinhões	764
Art. 592	764
1. Oitiva das Partes	764
Art. 593	764
1. Linha do Perímetro	765
2. Benfeitorias Permanentes	765
Art. 594	765
1. Terceiros	765
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	765
3. Cumulação Alternativa	765
4. Litispendência	765
5. Trânsito em Julgado	766
6. Denúnciação da Lide	766
Art. 595	766
1. Proposta de Divisão	766

Art. 596	766
1. Oitiva das Partes.....	766
2. Cumprimento.....	767
Art. 597	767
1. Auto de Divisão.....	767
2. Folha de Pagamento.....	767
3. Sentença Homologatória da Divisão.....	767
Art. 598	768
1. Aplicação Subsidiária.....	768

Capítulo V DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

Art. 599	768
1. Medidas Disciplinadas por Este Capítulo.....	768
2. Fundamentos da Dissolução.....	768
3. Direito de Retirada.....	768
4. Exclusão do Sócio.....	769
5. Morte do Sócio.....	769
6. Entidades que Podem Utilizar da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade.....	769
7. Prescrição.....	769
Art. 600	769
1. Legitimidade Ativa.....	770
2. Herdeiro Necessário e Pagamento das Quotas do Acervo Hereditário.....	770
3. Óbito do Sócio.....	770
4. Retirada.....	770
5. Exclusão.....	770
6. Apuração de Haveres.....	770
Art. 601	770
1. Legitimidade Passiva.....	770
2. Ação Proposta pela Sociedade.....	771
3. Prazo para a Resposta dos Réus.....	771
Art. 602	771
1. Pedido de Compensação.....	771
Art. 603	771
1. Resposta dos Réus.....	771
2. Concordância na Dissolução.....	771
3. Procedimento a Ser Observado.....	772
4. Controvérsia sobre o Valor dos Haveres.....	772
Art. 604	772
1. Sentença de Procedência.....	772
2. Parte Incontroversa.....	772
Art. 605	772
1. Data da Dissolução Parcial.....	773

Art. 606	773
1. Critérios para Apuração de Haveres	773
2. Perito	773
Art. 607	773
1. Alteração dos Critérios para Apuração de Haveres	773
Art. 608	773
1. Valores Devidos	773
Art. 609	774
1. Pagamento dos Haveres	774
2. Mora da Sociedade.....	774
3. Juros de Mora e Sociedade Anônima.....	774

Capítulo VI DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Seção I Disposições Gerais

Art. 610	774
1. Inventário e Partilha	774
2. Espécies	775
3. Inventário Judicial	775
4. Inventário Extrajudicial.....	775
5. Foro do Inventário e da Partilha	775
6. Inventário e Litispendência	776
Art. 611	776
1. Abertura do Inventário.....	776
2. Sanção.....	776
3. Encerramento do Inventário	776
4. Participação do Ministério Público	776
5. Interrupção da Prescrição	776
Art. 612	777
1. Juízo Universal	777
2. Cognição Plena e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	777
3. Decisão	778
Art. 613	778
1. Administrador Provisório.....	778
2. Herdeiros	778
Art. 614	778
1. Direitos, Deveres e Responsabilidade	779

Seção II Da Legitimidade para Requerer o Inventário

Art. 615	779
1. Legitimidade	779

2. Documento Necessário	779
Art. 616	779
1. Legitimidade Concorrente.....	779

Seção III

Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Art. 617	780
1. Inventariante.....	780
2. Compromisso	780
3. Decisão	781
Art. 618	781
1. Atribuições.....	781
2. Inventariante e Direito a Voto em Assembleia Geral de Sociedade.....	781
Art. 619	781
1. Ouvidos os Interessados e com Autorização do Juiz.....	782
2. Despesas com o Inventário	782
Art. 620	782
1. Primeiras Declarações.....	783
2. Relação Patrimonial.....	783
3. Determinações Judiciais.....	783
4. Declaração por Petição.....	783
Art. 621	784
1. Sonegação ao Inventariante.....	784
2. Ação de Sonegados	784
Art. 622	784
1. Remoção do Inventariante	784
Art. 623	785
1. Processo Justo.....	785
2. Decisão	785
Art. 624	785
1. Nova Nomeação.....	785
Art. 625	785
1. Entrega de Bens	785

Seção IV

Das Citações e das Impugnações

Art. 626	786
1. Litisconsórcio Necessário.....	786
2. Testamenteiro	786
3. Citações	786
Art. 627	786
1. Manifestação das Partes	787
2. Erros, Omissões e Sonegações de Bens.....	787

3. Nomeação do Inventariante	787
4. Qualidade de Herdeiro.....	787
5. Colações.....	787
6. Reserva de Bens	787
7. Decisão	788
Art. 628	788
1. Exame do Pedido	788
2. Não Obsta o Andamento do Inventário.....	789
Art. 629	789
1. Fazenda Pública	789
2. Reserva de Bens	789

Seção V

Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

Art. 630	789
1. Avaliação.....	789
2. Assistentes Técnicos.....	789
Art. 631	789
1. Laudo de Avaliação e Nova Avaliação	789
Art. 632	789
1. Carta Precatória	790
Art. 633	790
1. Dispensa de Avaliação.....	790
Art. 634	790
1. Avaliação da Fazenda Pública.....	790
Art. 635	790
1. Laudo de Avaliação	790
2. Manifestação das Partes	790
3. Impugnação	790
Art. 636	790
1. Últimas Declarações.....	791
Art. 637	791
1. Alíquota.....	791
2. Cálculo do Imposto.....	791
3. Correção Monetária.....	791
4. Isenção.....	791
5. Honorários de Advogado	791
6. Morte Presumida	791
7. Nova Avaliação	791
8. Promessa de Compra e Venda	791
Art. 638	792
1. Decisão	792
2. Exigibilidade.....	792
3. Responsabilidade Tributária e Encerramento do Inventário	792

Seção VI Das Colações

Art. 639	792
1. Colação	792
2. Avaliação	792
3. Ministério Público	793
Art. 640	793
1. Renúncia ou Exclusão de Herdeiros	793
2. Parte Inoficiosa	793
Art. 641	793
1. Oposição	794
2. Decisão	794
3. Sequestro	794

Seção VII Do Pagamento das Dívidas

Art. 642	794
1. Pagamento das Dívidas	795
2. Habilitação	795
3. Expropriação	795
4. Fazenda Pública	795
5. Partilha Homologada Antes do Julgamento da Habilitação de Crédito	795
Art. 643	795
1. Meios Ordinários	796
2. Reserva de Bens	796
Art. 644	796
1. Dívida Ainda Inexigível	796
Art. 645	796
1. Legatário	796
Art. 646	796
1. Penhora	796

Seção VIII Da Partilha

Art. 647	797
1. Partilha	797
2. Bens Remotos, Litigiosos ou de Liquidação Morosa ou Difícil	797
3. Partilha em Vida	797
4. Decisão	797
Art. 648	797
1. Critérios para a Partilha Judicial ou Amigável	798
Art. 649	798
1. Partilha de Bens que Não Admitam Divisão Cômoda	798

Art. 650	798
1. Quinhão Devido a Nascituro	798
Art. 651	798
1. Esboço da Partilha	798
Art. 652	798
1. Intimação.....	799
2. Decisão	799
Art. 653	799
1. Partilha Definitiva.....	799
Art. 654	799
1. Tributos	799
2. Homologação da Partilha.....	799
3. Sobrepartilha	799
4. Anulação e Rescisão da Partilha	799
5. Petição de Herança.....	800
Art. 655	800
1. Trânsito em Julgado	800
2. Formal de Partilha.....	800
Art. 656	800
1. Emenda da Partilha.....	800
Art. 657	801
1. Ação Anulatória de Partilha	801
2. Legitimidade	801
3. Prazo.....	801
Art. 658	801
1. Ação Rescisória de Partilha	802
2. Legitimidade	802
3. Prazo.....	802

Seção IX Do Arrolamento

Art. 659	802
1. Arrolamento Sumário	802
2. Prova da Quitação dos Tributos.....	803
3. Homologação da Partilha.....	803
Art. 660	804
1. Petição Inicial.....	804
Art. 661	804
1. Dispensa de Avaliação.....	804
Art. 662	804
1. Cognição Parcial	804
2. Contraditório Eventual.....	804

Art. 663	805
1. Credores do Espólio.....	805
Art. 664	805
1. Arrolamento Sumaríssimo.....	806
2. Ministério Público.....	806
3. Cognição Parcial e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	806
Art. 665	806
1. Arrolamento Sumaríssimo e Interesse de Incapazes.....	806
Art. 666	806
1. Pagamento de Valores Independentemente de Inventário ou Arrolamento.....	807
Art. 667	807
1. Aplicação Subsidiária.....	807

Seção X

Das Disposições Comuns a Todas as Seções

Art. 668	807
1. Eficácia da Tutela Cautelar.....	807
2. Extinção do Inventário com ou sem Resolução de Mérito.....	807
Art. 669	808
1. Sobrepartilha.....	808
2. Espólio.....	808
3. Prescrição.....	808
Art. 670	808
1. Processo de Inventário e Partilha.....	808
Art. 671	809
1. Curador Especial.....	809
2. Múnus Público.....	809
Art. 672	809
1. Herdeiros de Ambos os Cônjuges Falecidos Forem os Mesmos.....	809
2. Morte de Herdeiro que Não Possui Outros Bens Além de seu Quinhão na Herança.....	809
Art. 673	809
1. Desnecessidade de Sobrepartilha.....	810

Capítulo VII

DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 674	810
1. Embargos de Terceiro.....	810
2. Terceiro.....	811
3. Constrição Judicial.....	811
4. Fraude contra Credores.....	811
5. Cônjuges.....	811
6. União Estável.....	812
7. Filho.....	812

8. Meação	812
9. Sócio-Gerente.....	812
10. Pré-Contrato	813
11. Contrato Particular de Permuta e Cessão de Direitos sem Registro	813
12. Doação Verbal.....	813
13. Entes Cadastrais	813
14. Desapropriação	813
15. Benfeitorias.....	813
16. Sentença Transitada em Julgado sem Registro	814
17. Divisão e Demarcação	814
18. Hipoteca e Penhor.....	814
19. Anticrese.....	814
20. Alienação Fiduciária	814
Art. 675	815
1. Processo de Conhecimento	815
2. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento	815
3. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento	815
4. Processo de Execução	815
5. Tutela de Urgência	816
6. Procedimentos Especiais.....	816
7. Apreensão Criminal.....	816
8. Tutela Jurisdicional Diferenciada e Tutela Jurisdicional Comum	816
9. Terceiro e Intimação Pessoal	816
10. Prazo de Embargos de Terceiro e Fraude à Execução	816
11. Prazo e Preclusão.....	817
Art. 676	817
1. Competência.....	817
2. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado.....	817
3. Competência Delegada	818
Art. 677	818
1. Prova Sumária da Posse	818
2. Prova da Qualidade de Terceiro	818
3. Documentos e Rol de Testemunhas.....	818
4. Valor da Causa	819
5. Legitimidade Passiva para os Embargos de Terceiro.....	819
Art. 678	819
1. Antecipação de Tutela	819
2. Decisão	820
3. Técnicas Processuais para o Cumprimento da Decisão Antecipatória.....	820
4. Suspensão do Processo Principal	820
5. Duração do Período de Suspensão.....	820
6. Decisão	820
7. Caução	820
Art. 679	820
1. Contestação	820
2. Procedimento.....	821

Art. 680	821
1. Matéria de Contestação	821
Art. 681	821
1. Sentença	821
2. Honorários Advocatícios.....	821

Capítulo VIII DA OPOSIÇÃO

Art. 682	822
1. Oposição.....	822
2. Oposição Sucessiva	822
3. Momento para Oposição.....	823
Art. 683	823
1. Petição Inicial.....	823
2. Distribuição e Citação.....	823
3. Resposta dos Opostos.....	823
Art. 684	823
1. Reconhecimento do Pedido.....	823
Art. 685	823
1. Oposição Antes da Audiência de Instrução e Julgamento	823
2. Oposição Depois da Audiência de Instrução e Julgamento	824
Art. 686	824
1. Oposição e Prejudicialidade	824

Capítulo IX DA HABILITAÇÃO

Art. 687	824
1. Habilitação	824
2. Habilitação no Processo e Dispensa Administrativa	825
Art. 688	825
1. Legitimidade	825
Art. 689	825
1. Habilitação como Processo Autônomo.....	825
2. Causa no Tribunal	826
Art. 690	826
1. Petição Inicial.....	826
2. Citação.....	826
3. Manifestação da Parte Contrária.....	826
Art. 691	826
1. Não Impugnação.....	826
2. Procedimento.....	826
3. Sentença	826

Art. 692	826
1. Retomada do Curso da Causa Principal.....	826

Capítulo X DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

Art. 693	827
1. Legislação Própria.....	827
Art. 694	827
1. Prioridade da Solução Consensual	827
2. Suspensão do Processo	828
Art. 695	828
1. Citação dos Réus.....	828
2. Renúncia Prévia à Mediação ou à Conciliação.....	828
Art. 696	828
1. Sessões de Mediação e Conciliação	828
2. Requerimentos de tutelas provisórias.....	828
Art. 697	829
1. Resposta do Réu.....	829
2. Rito.....	829
Art. 698	829
1. Intervenção do Ministério Público	829
Art. 699	829
1. Depoimento de Incapaz	829

Capítulo XI DA AÇÃO MONITÓRIA

Art. 700	829
1. Procedimento Monitório	830
2. Fundamento do Procedimento Monitório.....	830
3. Pagamento de Soma em Dinheiro, Entrega de Coisa Fungível ou Infungível ou de Bem Móvel ou Imóvel ou Ainda Prestação de Fazer ou Não Fazer.....	830
4. Procedimento Monitório e Fazenda Pública	830
5. Título Executivo e Inadmissibilidade da Ação Monitória.....	830
6. Existência de Prova Escrita e Admissibilidade do Uso do Procedimento Comum	831
7. Conceito de Prova Escrita	831
8. Prova Escrita Composta por Dois ou Mais Escritos	832
9. Documento Particular.....	832
10. Conta-Corrente	832
11. Cheque Prescrito.....	832
12. Correio Eletrônico	832
13. Bem Alienado Fiduciariamente.....	833
14. Requisitos da Petição Inicial.....	833
15. Fungibilidade	833
16. Citação com Hora Certa	833

17. Citação por Edital	833
18. Ação Monitória, Correção Monetária e Juros de Mora	833
19. Ação Monitória e Prescrição	833
Art. 701	833
1. Diferença Entre Prova Escrita, Prova Suficiente para a Tutela Antecipatória e Prova Suficiente para a Improcedência dos Embargos ao Mandado	834
2. Petição Inicial Devidamente Instruída com Prova Escrita	834
3. Suficiência de Convicção de Probabilidade e de Cognição Sumária	835
4. Decisão que Defere o Mandado	835
5. Deferimento da Expedição do Mandado e Determinação da Citação do Devedor.....	835
6. Atitudes do Devedor Após a Expedição do Mandado	835
7. Estímulo ao Cumprimento do Mandado.....	835
8. Inércia do Réu e Formação do Título Executivo	835
9. Não Oposição dos Embargos ao Mandado, Multa do Art. 502, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	836
10. Mandado Definitivo e Ação Rescisória	836
Art. 702	836
1. Apresentação de Embargos ao Mandado e Obstaculização da Execução	836
2. Embargos com Cognição Exauriente	837
3. Cognição <i>Exauriente Secundum Eventum Defensionis</i>	837
4. Procedimento Monitório Viabiliza a Ampla Defesa.....	837
5. Reconvenção	837
6. Tutela Antecipatória em Caso de Embargos Infundados	837
7. Tutela Antecipatória em Caso de Receio de Dano	838
8. Execução Imediata no Caso de Improcedência dos Embargos ao Mandado	838
9. Efeito Suspensivo da Apelação e Ação Monitória	839
10. Prescrição da Fase Executiva da Ação Monitória	839
11. Procedência do Pedido Monitório, Multa do art. 520, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado.....	839
12. Conteúdo da Impugnação	839
13. Alegação de Excesso de Execução	840
14. Ação Monitória contra a Fazenda Pública e Reexame Necessário.....	840
15. Parcelamento e ação monitória.....	840

Capítulo XII

DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

Art. 703	840
1. Homologação de Penhor Legal	841
2. Penhor Legal.....	841
3. Ato Contínuo.....	841
4. Petição Inicial.....	841
5. Homologação Extrajudicial.....	841
Art. 704	842
1. Defesa	842
2. Dívida Compreendida Entre as Previstas em Lei.....	842
3. Bens Sujeitos a Penhor Legal	842

Art. 705	842
1. Procedimento.....	842
Art. 706	842
1. Sentença	842
2. Recurso	843

Capítulo XIII DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

Art. 707	843
1. Avarias Grossas	843
2. Competência para a Demanda Judicial de Regulação de Avaria Grossa.....	844
3. Regulador de Avaria Grossa	844
Art. 708	844
1. Procedimento Inicial.....	844
2. Prazos	845
3. Retenção da Carga	845
Art. 709	845
1. Liquidação das Avarias.....	845
Art. 710	845
1. Regulamento da Avaria Grossa	845
2. Impugnação do Regulamento	845
3. Decisão Judicial.....	845
Art. 711	845
1. Regulador	845

Capítulo XIV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 712	846
1. Restauração de Autos	846
Art. 713	846
1. Competência.....	846
2. Competência.....	846
3. Juntada de Documentos	846
Art. 714	846
1. Ausência de Citação de Litisconsorte na Causa Principal	847
2. Contestação	847
3. Concordância	847
4. Concordância Parcial	847
5. Juntada de Documentos	847
6. Procedimento.....	847
7. Colaboração de Todos	847
Art. 715	848
1. Laudo Pericial.....	848

Art. 716	848
1. Sentença	848
Art. 717	848
1. Desaparecimento no Tribunal	848
Art. 718	849
1. Despesas Processuais.....	849
2. Responsabilidade Processual Civil, Civil e Penal.....	849

Capítulo XV DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária.....	849
2. Jurisdição Voluntária e Tutela de Posições Jurídicas Não Expressamente Contempladas pela Legislação Infraconstitucional	849
3. Jurisdição Voluntária e Surgimento de Controvérsia	849
4. Honorários Advocatícios.....	850

Seção I Disposições Gerais

Art. 719	850
1. Procedimento Comum de Jurisdição Voluntária.....	850
Art. 720	850
1. Competência.....	850
2. Legitimidade Ativa	850
3. Causa de Pedir e Pedido	850
4. Documentos Necessários	851
Art. 721	851
1. Legitimidade Passiva.....	851
2. Ministério Público	851
3. Nulidade	851
4. Resposta.....	851
5. Litigiosidade	851
Art. 722	852
1. Fazenda Pública	852
Art. 723	852
1. Equidade.....	852
2. Sentença	852
3. Despesas Processuais.....	853
Art. 724	853
1. Apelação	853
2. Redesignação de Sexo no Registro.....	853
Art. 725	853
1. Rol Exemplificativo	853
2. Aplicação Subsidiária.....	854

Seção II

Da Notificação e da Interpelação

Art. 726	854
1. Protestos, Notificações e Interpelações	854
2. Manifestação de Vontade	854
3. Intimação	854
4. Petição Inicial	855
5. Competência	855
6. Interesse	855
7. Prudência	855
8. Indeferimento da Petição Inicial	855
9. Intimação por Editais	855
10. Protesto contra Alienação de Bens	856
Art. 727	856
1. Interpelação	856
Art. 728	856
1. Defesa e Contraprotesto	856
2. Contraprotesto	856
3. Admissibilidade de Averbação em Registro de Imóveis	856
4. Prazo para a Manifestação do Requerido	856
5. Recurso	856
Art. 729	857
1. Sentença	857

Seção III

Da Alienação Judicial

Art. 730	857
1. Alienações Judiciais	857
2. Contraditório	857
3. Leilão Público	857
4. Procedimento	857
5. Coisa Comum	857
6. Bens de Órfãos	858
7. Alienação de bem objeto de promessa de compra e venda	858

Seção IV

Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731	858
1. Separação e Divórcio Consensuais	858
2. Mútuo Consentimento	859
3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio	859
4. Dissolução Consensual de União Estável	859
5. Pacto Antenupcial	859
6. Partilha de Bens	859

7. Guarda dos Filhos e Regime de Visitas.....	859
8. Manutenção dos Filhos.....	859
9. Alimentos.....	860
10. Preservação Suficiente de Interesse.....	860
11. Ministério Público.....	860
12. Homologação.....	860
13. Doação ao Filho do Casal.....	860
14. Morte do Pai da Separanda.....	861
15. Restabelecimento da Sociedade Conjugal.....	861
Art. 732	861
1. Extinção Consensual de União Estável.....	861
Art. 733	861
1. Separação e Divórcio Consensuais Extrajudiciais.....	861
Art. 734	862
1. Requerimento Conjunto.....	862
2. Direitos de Terceiros.....	862
3. Divulgação do Pedido de Alteração do Regime de Bens.....	862
4. Averbação da Alteração de Regime.....	862

Seção V

Dos Testamentos e dos Codicilos

Art. 735	862
1. Testamentos e Codicilos.....	863
2. Testamento Cerrado.....	863
3. Competência.....	863
4. Abertura, Registro e Cumprimento.....	863
5. Língua Estrangeira.....	863
6. Suspeito de Nulidade ou Falsidade.....	863
7. Testamenteiro.....	864
8. Preferência Legal.....	864
Art. 736	864
1. Testamento Público.....	864
Art. 737	864
1. Testamento Particular.....	864
2. Aferição de Regularidade do Testamento Particular.....	864
3. Reconhecimento de Regularidade.....	864
4. Prova Pericial Grafológica.....	865
5. Abrandamento do Rigor Formal.....	865
6. Registro, Arquivo e Cumprimento.....	865
7. Testamentos Especiais e Codicilo.....	865

Seção VI

Da Herança Jacente

Art. 738	865
1. Herança Jacente.....	866

2. Competência.....	866
3. Arrecadação de Bens	866
4. Conversão de Inventário em Herança Jacente.....	866
5. Herança Jacente como <i>Ultima Ratio</i>	866
Art. 739	867
1. Curador	867
2. Guarda, Conservação e Administração.....	867
3. Incorporação ao Patrimônio Público	867
Art. 740	867
1. Arrecadação	868
2. Conclusão da Arrecadação	868
3. Direito Fundamental à Intimidade e à Vida Privada	868
4. Autoridade Policial.....	868
5. Auto de Inquirição e Informação.....	868
6. Carta Precatória	868
7. Apresentação de Herdeiro ou Testamenteiro	869
8. Decisão	869
Art. 741	869
1. Publicação de Editais	869
2. Finado Estrangeiro	869
3. Citação Pessoal.....	869
4. Conversão de Herança Jacente em Inventário.....	870
5. Credores	870
Art. 742	870
1. Alienações.....	870
2. Bens com Valor de Afeição	870
Art. 743	870
1. Declaração de Vacância	871
2. Habilitação	871
3. Exceção à Regra da Saisine.....	871
4. Usucapião	871
5. Habilitação nos Mesmos Autos.....	871
6. Ação Própria	871

Seção VII Dos Bens dos Ausentes

Art. 744	872
1. Ausência	872
2. Competência.....	872
3. Arrecadação dos Bens.....	873
4. Curador	873
5. Pagamento de Benefício Devido ao Ausente	873
Art. 745	873
1. Publicação de Editais	874
2. Sucessão Provisória	874

3. Habilitação	874
4. Como se o Ausente Fosse Falecido	874
5. Tributação.....	874
6. Caução.....	874
7. Alienar ou Hipotecar.....	874
8. Sucessão Definitiva	874
9. Regresso do Ausente ou de Algum dos seus Descendentes ou Ascendentes	875
10. Incorporação ao Patrimônio Público	875
11. Procedimento Comum.....	875

Seção VIII Das Coisas Vagas

Art. 746	875
1. Coisas Vagas.....	875
2. Competência.....	875
3. Publicação de Editais	876
4. Comparecimento	876
5. Ausência de Comparecimento.....	876
6. Abandono da Coisa.....	876
7. Suspeita de Crime	876

Seção IX Da Interdição

1. Interdição e Estatuto da Pessoa com Deficiência	876
Art. 747	876
1. Interdição.....	877
2. Curatela	877
3. Legitimidade Ativa	877
4. Prova Pré-Constituída da Legitimidade	877
5. Tomada de Decisão Apoiada	877
Art. 748	877
1. Ministério Público	878
Art. 749	878
1. Competência.....	878
2. Tutela de Urgência	878
3. Curador Especial.....	878
4. Inépcia da Petição Inicial.....	878
Art. 750	879
1. Prova Documentada da Incapacidade.....	879
Art. 751	879
1. Citação.....	879
2. Inspeção Judicial Preliminar	879
3. Nulidade do Processo	879
Art. 752	879
1. Impugnação ao Pedido	880

2. Ministério Público	880
3. Representação Processual do Interditando	880
Art. 753	880
1. Laudo Pericial	880
2. Assistentes Técnicos	881
Art. 754	881
1. Conclusão da Instrução	881
Art. 755	881
1. Sentença de Interdição	881
2. Nomeação de Curador	882
3. Inscrição no Registro e Publicação da Sentença de Interdição	882
4. Eficácia <i>Ex Nunc</i> da Sentença de Interdição	882
5. Possibilidade de Anulação de Atos Anteriores à Prolação da Sentença de Interdição	882
6. Prescrição Consumada Antes da Prolação da Sentença de Interdição	883
Art. 756	883
1. Levantamento de Interdição	883
2. Prova Pericial	883
3. Audiência de Instrução e Julgamento	883
4. Sentença de Levantamento de Interdição	883
Art. 757	884
1. Extensão da Atuação do Curador	884
Art. 758	884
1. Recuperação da Capacidade do Interdito	884

Seção X

Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

Art. 759	884
1. Tutela	884
2. Tutor	884
3. Compromisso	884
4. Responsabilidade do Juiz	885
5. Garantia	885
6. Tomada de Decisão Apoiada	885
Art. 760	885
1. Escusa	885
2. Prazo	885
3. Decisão	885
Art. 761	886
1. Remoção	886
2. Responsabilidade do Juiz	886
3. Contestação	886
4. Procedimento	886
5. Sentença	886

Art. 762	886
1. Suspensão do Exercício de suas Funções.....	886
2. Tutela Provisória de Urgência.....	886
Art. 763	887
1. Dispensa.....	887
2. Cessação da Tutela ou Curatela.....	887
3. Prestação de Contas.....	887

Seção XI

Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Art. 764	887
1. Organização e Fiscalização das Fundações.....	887
2. Instituição de Fundação.....	887
3. Elaboração de Estatuto.....	888
4. Ministério Público.....	888
5. Apreciação do Estatuto.....	888
6. Pedido de Suprimento de Aprovação.....	888
7. Existência Legal da Fundação.....	888
8. Alteração de Estatuto.....	888
Art. 765	889
1. Extinção da Fundação.....	889

Seção XII

Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

Art. 766	889
1. Protesto Marítimo e Processo Testemunhável.....	889
2. Competência.....	889
3. Legitimidade.....	889
Art. 767	889
1. Petição Inicial.....	889
2. Documentos em Língua Estrangeira.....	890
Art. 768	890
1. Instrução do Pedido.....	890
Art. 769	890
1. Curador de Ausentes.....	890
Art. 770	890
1. Apreciação Judicial.....	890
2. Recurso.....	891

LIVRO II

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Processo de Execução no Código Buzaid.....	893
---	-----

2. Processo de Execução no Código Reformado	893
3. Código Atual	893

TÍTULO I DA EXECUÇÃO EM GERAL

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 771	894
1. Aplicação Subsidiária	894
2. Aplicação da Parte Geral e do Livro I da Parte Especial Subsidiariamente à Execução de Títulos Extrajudiciais	894
3. Interesse Processual e Execução de Créditos de Pequeno Valor	894
Art. 772	895
1. Poderes do Juiz	895
2. Ordem de Comparecimento das Partes	895
3. Ordem de Colaboração com a Execução	895
Art. 773	895
1. Medidas Necessárias	895
2. Confidencialidade	895
Art. 774	896
1. Ato atentatório à Dignidade da Justiça	896
2. Transparência Patrimonial	896
3. Multa Sancionatória	896
4. Sem Prejuízo de Outras Sanções	897
5. Proveito do Exequente	897
6. Exigível na Própria Execução	897
7. Direito à Relevação da Pena	897
Art. 775	897
1. Desistência	897
2. Embargos à Execução	897
3. Impugnação	898
Art. 776	898
1. Responsabilidade do Exequente	898
2. Pagamento em Dobro ou pelo Equivalente da Dívida	898
3. Apuração dos Danos	898
Art. 777	898
1. Exigibilidade das Multas Dentro do Próprio Processo	898
2. Realização da Multa por Execução ou Compensação	898

Capítulo II DAS PARTES

1. Partes	899
2. Litisconsórcio	899
3. Intervenção de Terceiros	899

Art. 778	899
1. Legitimidade Ativa	899
2. Credores Solidários	900
3. Demanda Condenatória.....	900
4. Execução Forçada. Título Executivo Extrajudicial.....	900
5. Desnecessidade de Anuência da Parte Contrária para a Sucessão	900
6. Cessionário	900
Art. 779	901
1. Legitimidade Passiva.....	901
2. O Fiador Judicial.....	901
Art. 780	901
1. Cumulação de Execuções	901
2. Tríplice Identidade.....	902

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 781	902
1. Competência para Execução de Título Extrajudicial	902
2. Derrogação da Competência em Favor da Economia Processual e do Interesse do Executado	903
Art. 782	903
1. Atos Executivos	903
2. Autorização para Cumprir Medidas Fora da Sede do Juízo	903
3. Força Policial.....	903
4. Cadastro de Inadimplentes.....	903

Capítulo IV DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I Do Título Executivo

Art. 783	904
1. Obrigação Certa, Líquida e Exigível.....	904
2. Nulidade da Execução	904
Art. 784	904
1. Títulos Executivos Extrajudiciais	905
2. Títulos de Crédito.....	905
3. Escritura Pública ou Outro Documento Público Assinado pelo Devedor.....	906
4. Documento Particular Assinado pelo Devedor e por Duas Testemunhas.....	906
5. Instrumento de Transação Referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos Advogados dos Transatores ou por Conciliador ou Mediador Credenciado pelo Tribunal	906
6. Contratos Garantidos por Hipoteca, Penhor, Anticrese, Outro Direito Real de Garantia e Caução	907
7. Contratos de Seguro de Vida.....	907

8. Crédito de Foro e Laudêmio.....	907
9. Crédito de Aluguel e de Encargos Acessórios.....	907
10. Certidão de Dívida Ativa	908
11. Contribuições de Condomínio Edifício.....	908
12. Certidão de Serventia Notarial e de Registro	908
13. Demais Títulos.....	908
14. Propositura de Ação Não Inibe o Credor de Promover-lhe a Execução.....	908
15. Título Executivo Extrajudicial Estrangeiro	909
Art. 785	909
1. Interesse Processual e Título Extrajudicial.....	909

Seção II

Da Exigibilidade da Obrigação

Art. 786	910
1. Requisitos da Obrigação Exigível em Execução	910
2. Liquidação por Cálculo e Liquidez da Obrigação.....	910
Art. 787	910
1. Sinalagma	910
2. Satisfação	910
3. Exoneração	910
4. Despesas Processuais.....	910
Art. 788	911
1. Adimplemento	911
2. Inadimplemento	911
3. Adimplemento Insatisfatório e Violação Positiva do Contrato	911

Capítulo V

DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Art. 789	911
1. Responsabilidade Patrimonial	911
2. Processualidade	912
3. Âmbito de Aplicação.....	912
Art. 790	912
1. <i>Schuld e Haftung</i>	912
2. Sequela.....	913
3. Sócio	913
4. Responsabilidade Patrimonial do Empresário Individual	913
5. Em Poder de Terceiros	913
6. Cônjuge	913
7. Intimação do Cônjuge.....	914
8. Em Fraude à Execução	914
9. Em Fraude contra Credores	914
10. Desconsideração de Personalidade Jurídica	914
11. Intimação do Terceiro	914
12. Responsabilidade Patrimonial e Responsabilidade Civil por Fato de Outrem.....	915
13. Dívida <i>Propter Rem</i> e Penhora de Bem de Terceiro	915

Art. 791	915
1. Direito de Superfície	915
2. Responsabilidade do Superficiário por Dívidas que Incidam sobre o Imóvel.....	915
3. Enfitese, Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	915
Art. 792	916
1. Fraude à Execução.....	916
2. Litispendência	916
3. Demanda Real ou Demanda Capaz de Reduzir o Demandado à Insolvência.....	917
4. Desnecessidade de Prova do <i>Consilium Fraudis</i>	917
5. Proteção ao Terceiro de Boa-Fé	918
6. Fraude à Execução e Fraude contra Credores.....	918
7. Fraude à Execução e Alienação de Bem Constrito	918
8. Fraude à Execução e Execução Fiscal	918
9. Boa-fé e Bens Não Sujeitos a Registro.....	919
10. Fraude à Execução e Bens do Sócio Antes do Redirecionamento da Execução	919
11. Fraude à Execução e Impenhorabilidade do Bem de Família	919
12. Súmula 375, STJ, e Execução Fiscal.....	919
13. Intimação do Terceiro.....	919
Art. 793	919
1. Penhora sobre a Coisa Retida	919
2. <i>Exceptio Excussionis Realis</i>	920
3. Nova Penhora	920
Art. 794	920
1. Benefício de Ordem	920
2. Mesmos Autos	920
3. Benefício de Ordem e Bens Situados em Outro Foro ou Onerados	920
Art. 795	921
1. Bens Particulares dos Sócios.....	921
2. Redirecionamento.....	921
3. Formas Sociais	921
4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	921
5. Responsabilidade Tributária.....	922
6. Mesmos Autos	922
Art. 796	922
1. Espólio.....	922
2. Redirecionamento da Execução contra o Espólio	922

TÍTULO II

DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

1. Técnicas Processuais Executivas	923
--	-----

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 797	923
1. Interesse do Exequente.....	923

2. Preferência	923
3. Títulos Legais de Preferência	924
4. <i>Concursus Fiscalis</i>	924
5. Mais de Uma Penhora	924
6. Competência	924
Art. 798	924
1. Petição Inicial	925
2. Técnica Processual Executiva	925
3. Instrução	926
4. Prova da Contraprestação	926
5. Requisitos do Demonstrativo de Débito	926
6. Direito à Emenda	926
Art. 799	927
1. Intimação	927
2. Tutela de Urgência	928
3. Averbação da Execução e de Atos Executivos	928
Art. 800	928
1. Obrigações Alternativas e Obrigações Facultativas	928
2. Escolha	928
3. Prazo. Título Executivo Extrajudicial	929
Art. 801	929
1. Direito à Emenda	929
2. Embargos à Execução	929
Art. 802	929
1. Interrupção da Prescrição	929
2. Interrupção de Prescrição e Vistoria	929
3. Prescrição e Títulos Judiciais	929
4. Juros de Mora e Execução de Honorários Advocatícios	929
5. Execução Integral e Prescrição Parcial	930
6. Ação Revisional e Interrupção da Prescrição	930
Art. 803	930
1. Nulidade da Execução	930
2. Exceção de Pré-Executividade	930
Art. 804	930
1. Intimação do Senhorio Direto, Credor Pignoratício, Hipotecário, Anticrético ou Usufrutuário	931
2. Ineficácia	931
Art. 805	931
1. Modo Menos Gravoso para o Executado	931
2. Ônus da Prova do Meio Menos Gravoso	932
3. Prevalência do Princípio da Efetividade da Execução	932
4. Proporcionalidade e Razoabilidade da Execução	932

Capítulo II DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

1. Coisa Certa e Coisa Incerta.....	932
-------------------------------------	-----

Seção I Da Entrega de Coisa Certa

Art. 806	933
1. Tutela dos Direitos e Técnicas Processuais.....	933
2. Poder Executivo do Juiz. Aplicação Subsidiária do Art. 538, CPC.....	933
3. Citação do Executado.....	934
4. Desnecessidade de Segurança do Juízo.....	934
5. Mandado de Imissão na Posse ou de Busca e Apreensão.....	934
6. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	934
Art. 807	934
1. Finda a Execução.....	934
2. Pagamento de Frutos ou Ressarcimento de Prejuízos.....	934
Art. 808	935
1. Opção do Exequente.....	935
2. Embargos de Terceiro.....	935
Art. 809	935
1. Tutela Ressarcitória e Tutela Reparatória.....	935
2. Valor da Coisa e dos Prejuízos.....	935
3. Conversão da Execução para Entrega de Coisa para Execução por Quantia Certa.....	935
Art. 810	936
1. Benfeitorias Indenizáveis.....	936
2. Direito de Retenção.....	936
3. Saldo em Favor do Devedor.....	936
4. Saldo em Favor do Credor.....	936

Seção II Da Entrega de Coisa Incerta

Art. 811	936
1. Prévia Determinação.....	937
2. Ausência de Escolha.....	937
Art. 812	937
1. Impugnação.....	937
2. Decisão.....	937
Art. 813	937
1. Execução para Entrega de Coisa Certa.....	937

Capítulo III DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER

Seção I Disposições Comuns

Art. 814	937
1. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	938

2. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	938
3. Data a Partir da Qual Será Devida.....	938
4. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	939
5. Critérios Jurisprudenciais para a Fixação da Multa Coercitiva.....	939

Seção II

Da Obrigação de Fazer

1. Fazer Fungível e Fazer Infungível.....	939
Art. 815	939
1. Prazo para Satisfazê-la.....	938
2. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	940
3. Embargos à Execução.....	940
Art. 816	940
1. Executada à Custa do Devedor.....	940
2. Urgência na Realização da Prestação.....	940
3. Perdas e Danos.....	940
4. Cláusula Penal.....	940
Art. 817	941
1. Realização por Terceiro.....	941
2. Aprovação da Proposta.....	941
Art. 818	941
1. Prestado o Fato.....	941
2. Prosseguimento da Execução pela Quantia Adiantada.....	941
Art. 819	942
1. Ausência de Prestação ou Prestação Incompleta ou Defeituosa.....	942
2. Oitiva do Terceiro.....	942
3. Decisão.....	942
Art. 820	942
1. Preferência do Exequente.....	942
Art. 821	943
1. Fazer Infungível.....	943
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário.....	943

Seção III

Da Obrigação de Não Fazer

Art. 822	943
1. Imposição de Não Fazer e Imposição de Desfazer.....	943
2. Imposição de Não Fazer.....	943
3. Imposição de Desfazer.....	944
4. Urgência em Desfazer.....	944
Art. 823	944
1. Desfazimento à Custa do Executado.....	944
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário.....	944

Capítulo IV DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

Seção I Disposições Gerais

Art. 824	944
1. Execução por Quantia Certa	945
Art. 825	945
1. Expropriação.....	945
2. Preferência	945
Art. 826	945
1. Remição da Execução.....	945
2. Remição da Execução Fiscal.....	945
3. Legitimidade	945
4. Termo Final	946
5. Desconstituição da Adjudicação ou Alienação.....	946

Seção II Da Citação do Devedor e do Arresto

Art. 827	946
1. Honorários de Advogado	946
2. Redução da Verba Honorária	946
3. Não Aplicação ao Cumprimento de Sentença Condenatória.....	946
Art. 828	946
1. Averbação	947
2. Faculdade do Demandante.....	947
3. Ação Cujas Condições de Tutela do Direito Pode Levar o Demandado ao Estado de Insolvência.....	947
4. Certidão.....	948
5. Comunicação	948
6. Cancelamento	948
7. Averbação Manifestamente Indevida	948
Art. 829	948
1. Citação.....	949
2. Decisão que Determina a Citação.....	949
3. Litisconsórcio Passivo	949
4. Penhora e Avaliação	949
5. Indicação de Bens à Penhora pelo Exequente	949
6. Dever de Indicação de Bens à Penhora pelo Executado.....	950
7. Direito de Indicação de Bens pelo Executado.....	950
8. Realização Superveniente da Penhora e Defesa do Executado	950
9. Desconsideração da Pessoa Jurídica e Desconsideração Inversa da Pessoa Jurídica.....	950
10. Juros de Mora	951
Art. 830	951
1. Pré-penhora	951

2. Duas Vezes em Dias Distintos.....	951
3. Citação do Executado	951
4. Conversão Automática.....	951
5. Desnecessidade de Intimação da Conversão da Pré-penhora em Penhora.....	951
6. Modalidades de Arresto Executivo.....	952

Seção III

Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I

Do Objeto da Penhora

Art. 831	952
1. Objeto da Penhora	952
Art. 832	952
1. Impenhoráveis ou Inalienáveis	952
2. Tipicidade.....	952
3. Disponibilidade.....	952
Art. 833	953
1. Impenhorabilidade.....	954
2. Honorários de Profissional Liberal.....	954
3. Comissões de Leiloeiro	954
4. Necessários ou Úteis ao Exercício de Qualquer Profissão.....	954
5. Pequena Propriedade Rural.....	954
6. Quotas Sociais	955
7. Bem de Família	955
8. Impenhorabilidade de Bem de Família e Preclusão.....	956
9. Impenhorabilidade de Bem de Família e Fraude à Execução	956
10. Crédito Concedido para Aquisição do Próprio Bem.....	956
11. Crédito Alimentar.....	956
12. Impenhorabilidade de Remuneração e Depósitos em Caderneta de Poupança	956
13. Remuneração e Impenhorabilidade	956
14. Impenhorabilidade e Ação de Improbidade Administrativa	957
Art. 834	957
1. Penhorabilidade, à Falta de Outros Bens	957
Art. 835	958
1. Ordem Preferencial.....	958
2. Ações e Quotas de Sociedades Empresárias.....	959
3. Percentual do Faturamento de Empresa Executada	959
4. Títulos e Valores Mobiliários com Cotação em Mercado.....	959
5. Outros Direitos.....	959
6. Alteração da Ordem Legal.....	959
7. Execução de Crédito com Garantia Real	959
Art. 836	959
1. Não Realização da Penhora	960
2. Relação de Bens e Depósito Provisório.....	960

*Subseção II**Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito*

Art. 837	960
1. Comunicação Eletrônica de Atos Executivos	960
Art. 838	960
1. Requisitos	960
Art. 839	960
1. Penhora e Depósito	961
Art. 840	961
1. Depositário	961
2. Preferencialmente Depositados	961
3. Direitos e Deveres do Depositário	962
4. Prisão Civil. STF	962
Art. 841	963
1. Penhora e Intimação do Executado	963
2. Dispensa de Intimação do Executado	963
3. Alteração do Endereço do Advogado e Intimação Dirigida ao Endereço Constante dos Autos	963
Art. 842	963
1. Cônjuge do Executado	963
Art. 843	964
1. Bem Indivisível	964
2. Outras Hipóteses de Condomínio sobre Bem Indivisível	964
3. Insuficiência do Produto da Expropriação	964
4. Preferência na Arrematação	964
Art. 844	964
1. Presunção Absoluta de Conhecimento por Terceiros	964

*Subseção III**Do Lugar de Realização da Penhora*

Art. 845	965
1. Onde Quer que se Encontrem os Bens	965
2. Realização da Penhora	966
3. Penhora de Imóveis	966
4. Execução por Carta	966
5. Embargos à Execução por Carta	966
Art. 846	966
1. Ordem de Arrombamento	966
2. Tutela Penal	967
3. Auto Circunstanciado	967
4. Força Policial	967
5. Auto da Ocorrência	967

Subseção IV
Das Modificações da Penhora

Art. 847	967
1. Substituição do Bem Penhorado	968
2. Ônus do Executado	968
3. Oferecimento de Bem Imóvel em Substituição	968
4. Contraditório	968
Art. 848	968
1. Substituição da Penhora	969
2. Substituição por Carta de Fiança ou Apólice de Seguro	969
3. Contraste Entre o Art. 847 e Art. 848	970
Art. 849	970
1. Substituição de Bem Penhorado e Novo Termo	970
Art. 850	970
1. Instabilidade da Penhora	970
Art. 851	970
1. Segunda Penhora	971
2. Impugnação da Execução e Realização de Segunda Penhora	971
Art. 852	971
1. Alienação Antecipada	971
Art. 853	971
1. Contraditório	971
2. Contraditório Postergado e Alienação Antecipada de Bem	971
3. Decisão	971

Subseção V
Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira

Art. 854	972
1. Penhora Eletrônica	972
2. Bacenjud	973
3. Outros Instrumentos de Penhora Eletrônica	973
4. Dever de se Cadastrar Junto aos Sistemas de Penhora Eletrônica	974
5. Penhora Eletrônica e Direito à Intimidade	974
6. Controle Judicial da Indisponibilidade	974
7. Impenhorabilidade	975
8. Responsabilidade Civil da Instituição Financeira	975
9. Partido Político	975
10. Multa Sancionatória	975
11. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito	975

Subseção VI
Da Penhora de Créditos

Art. 855	976
1. Penhora de Crédito	976

Art. 856	976
1. Penhora de Crédito Representado por Título de Crédito.....	976
2. Pagamento do Terceiro.....	977
3. Conluio Entre o Executado e o Terceiro.....	977
Art. 857	977
1. Sub-rogação ou Alienação.....	977
2. Prosseguimento na Execução.....	977
3. Sub-rogação, Alienação e Compensabilidade.....	977
Art. 858	978
1. Juros, Rendimentos e Prestações.....	978
Art. 859	978
1. Penhora sobre Direito a Coisa.....	978
Art. 860	978
1. Penhora sobre Direito Litigioso.....	978

Subseção VII

Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas

Art. 861	979
1. Subsidiariedade.....	979
2. Penhora de Quotas de Sociedades e Vedação Contratual.....	979
3. Sociedades de Capital e Sociedades de Pessoas.....	979
4. Sociedades Cooperativas.....	980
5. Penhora de Quotas, Alienação de Bens da Sociedade e Fraude à Execução.....	980
6. Penhora de Quotas e Preferência para Sua Aquisição.....	980
7. Prazo do Procedimento de Penhora e Alienação de Quotas Sociais.....	980

Subseção VIII

Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes

Art. 862	981
1. Penhora sobre Estabelecimento Comercial, Industrial ou Agrícola, Semoventes, Plantações ou Edifício em Construção.....	981
2. Depositário-administrador.....	981
3. Edifícios Construídos Sob Regime de Incorporação e Penhora.....	981
4. Administrador e Afastamento do Incorporador.....	981
Art. 863	982
1. Penhora sobre Empresa Mediante Concessão ou Autorização.....	982
2. Ausência de Intimação do Poder Público.....	982
Art. 864	982
1. Penhora sobre Navio ou Aeronave.....	982
2. Depositário.....	983
Art. 865	983
1. Princípio da Menor Onerosidade.....	983

*Subseção IX**Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa*

Art. 866	983
1. Percentual de Faturamento	983
2. Excepcionalidade	983

*Subseção X**Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel*

Art. 867	984
1. Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa	984
2. Menos Gravoso ao Executado e Eficiente para o Recebimento do Crédito	984
Art. 868	984
1. Perda do Gozo	985
2. Eficácia da Penhora	985
3. Administrador	985
Art. 869	985
1. Depositário	985
2. Contraditório e Nomeação de Terceiro	986
3. Tempo Necessário	986
4. Decisão	986
5. Pagamento	986
6. Locação	986

*Subseção XI**Da Avaliação*

Art. 870	986
1. Avaliação	986
2. Avaliador	987
3. Contraditório. Possibilidade de Nomeação de Assistente Técnico	987
4. Avaliação Errônea	987
Art. 871	987
1. Desnecessidade	988
2. Avaliação Regular	988
3. Aceitação da Avaliação e Presunção Relativa	988
Art. 872	988
1. Laudo de Avaliação	988
2. Cômoda Divisão do Bem e Alienação	988
Art. 873	989
1. Nova Avaliação	989
2. Hipóteses	989
3. Segunda Avaliação	989
Art. 874	989
1. Requerimento do Interessado e Oitiva da Parte Contrária	990
2. Adequação da Penhora	990

Art. 875	990
1. Início dos Atos de Expropriação.....	990

Seção IV
Da Expropriação de Bens

Subseção I
Da Adjudicação

Art. 876	990
1. Adjudicação.....	991
2. Adjudicação e Dação em Pagamento.....	991
3. Momento.....	991
4. Legitimados.....	991
5. Preferência.....	992
6. Intimação.....	992
7. Preço.....	992
8. Crédito Inferior e Crédito Superior.....	992

Art. 877	992
1. Prazo para a Lavratura do Auto.....	993
2. Questões Decididas.....	993
3. Auto de Adjudicação.....	993
4. Carta de Adjudicação ou Mandado de Entrega.....	993
5. Remição de Bem Hipotecado.....	993
6. Remição e Bem de Falido ou Insolvente.....	994

Art. 878	994
1. Renovação do Direito de Adjudicação Quando Frustradas as Tentativas de Alienação do Bem.....	994

Subseção II
Da Alienação

Art. 879	994
1. Modalidades de Alienação Judicial.....	994

Art. 880	994
1. Alienação por Iniciativa Particular.....	995
2. Momento.....	995
3. Alienação Particular de Ofício.....	995
4. Preço.....	995
5. Controle Judicial.....	995
6. Termo de Alienação.....	995
7. Carta de Alienação ou Mandado de Entrega.....	995
8. Questões Decididas.....	996
9. Provimentos dos Tribunais.....	996
10. Inexistência de Corretor ou Leiloeiro no Foro da Causa.....	996

Art. 881	996
1. Ordem de Preferência das Técnicas de Alienação.....	996

2. Alienação e Bolsa de Valores.....	996
Art. 882	996
1. Prioridade Entre as Técnicas de Leilão Judicial	997
2. Garantias Necessárias para o Leilão Eletrônico	997
3. Local de Realização do Leilão Presencial	997
Art. 883	997
1. Indicação.....	997
Art. 884	997
1. Comissão de Leiloeiro.....	997
Art. 885	998
1. Parâmetros do Leilão Judicial.....	998
Art. 886	998
1. Edital de Leilão Público.....	998
2. Local.....	998
3. Execução Fiscal e Segundo Leilão.....	999
Art. 887	999
1. Fixação e Publicação de Editais.....	999
2. Cientificação do Executado.....	999
3. Intimação de Titulares de Direitos Reais Limitados, Direitos Reais de Garantia e Alguns Outros Interesses sobre o Bem	1000
4. Intimação do Exequente	1000
Art. 888	1000
1. Transferência.....	1000
2. Responsabilidade	1000
Art. 889	1001
1. Intimações Necessárias.....	1001
2. Ineficácia da Alienação Quando Não Realizadas as Intimações.....	1001
Art. 890	1001
1. Legitimidade para Oferecer Lance.....	1002
Art. 891	1002
1. Preço Vil	1002
Art. 892	1003
1. Pagamento do Lance Vencedor	1003
2. Arrematação	1003
3. Arrematação pelo Exequente	1003
4. Preferência na Arrematação.....	1003
Art. 893	1003
1. Diversos Bens.....	1003
Art. 894	1004
1. Cômoda Divisão	1004
2. Ausência de Lançador	1004
3. Requerimento de Alienação Fracionada de Bem	1004
Art. 895	1004
1. Prestações.....	1005

2. Inadimplemento das Prestações	1005
Art. 896	1005
1. Imóvel de Incapaz	1005
2. Pretendente.....	1006
Art. 897	1006
1. Inadimplemento	1006
Art. 898	1006
1. Fiador	1006
Art. 899	1006
1. Satisfação do Exequente.....	1006
2. Menor Onerosidade.....	1006
Art. 900	1006
1. Prosseguimento.....	1007
Art. 901	1007
1. Auto de Arrematação	1007
2. Prazo de Espera para a Expedição da Ordem de Entrega ou de Imissão e da Carta de Arrematação	1007
3. Ordem de Entrega	1007
4. Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega.....	1007
5. Requisitos da Carta de Arrematação.....	1008
6. Imissão na Posse.....	1008
Art. 902	1008
1. Remição de Bem Hipotecado.....	1008
Art. 903	1009
1. Perfeita, Acabada e Irretratável.....	1009
2. Ineficácia da Arrematação	1009
3. Invalidade da Arrematação.....	1010
4. Decisão	1010
5. Procedência dos Embargos do Executado ou da Impugnação	1010
6. Expedição da Carta de Arrematação e Desconstituição da Alienação	1010
7. Arrependimento do Arrematante.....	1011

Seção V

Da Satisfação do Crédito

Art. 904	1011
1. Satisfação do Credor	1011
Art. 905	1011
1. Entrega do Dinheiro	1011
2. Credor.....	1012
3. Plantão Judiciário e Vedação de Levantamento de Dinheiro ou de Liberação de Bens.....	1012
Art. 906	1012
1. Quitação	1012
Art. 907	1013
1. Devedor	1013

Art. 908	1013
1. Concurso Singular de Credores	1013
2. Preferência	1013
3. Adjudicação, Alienação e Sub-rogação do Crédito	1013
4. Execução e Penhora	1013
Art. 909	1014
1. Cognição	1014
2. Decisão	1014

Capítulo V DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 910	1014
1. Execução contra a Fazenda Pública	1014
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	1015
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial	1015
4. Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	1015
5. Citação para Oposição de Embargos	1016
6. Embargos à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	1016
7. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	1016
8. Conteúdo dos Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	1017
9. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	1017
10. Precatório	1017
11. Precatório Alimentar	1017
12. Débitos de Natureza Alimentícia	1017
13. Precatório Complementar	1018
14. Ausência de Pagamento de Precatório. Intervenção Federal	1018
15. Crédito de Pequeno Valor	1018
16. Preferência e Sequestro	1019
17. Correção Monetária de Precatórios	1019
18. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	1020
19. Juros de Mora e Expedição do Precatório	1020

Capítulo VI DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 911	1020
1. Alimentos	1020
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	1021
3. Título Executivo	1021
4. Expropriação	1022
5. Oferecimento de Impugnação ou de Embargos	1022
6. Execução por Coerção e Citação do Executado	1022
7. Prisão Civil	1022
8. Prazo	1023

Art. 912	1023
1. Desconto em Folha	1023
2. Dever de Terceiros.....	1024
3. Desconto em Renda	1024
Art. 913	1024
1. Execução de Alimentos por Expropriação Patrimonial.....	1024

TÍTULO III DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 914	1025
1. Embargos do Executado.....	1025
2. Embargos à Execução e Ônus da Prova.....	1025
3. Independentemente de Penhora, Depósito ou Caução	1025
4. Distribuição, Apensamento e Instrução.....	1025
5. Outras Formas de Oposição à Execução.....	1025
6. Exceção de Pré-Executividade	1026
7. Ação Impugnativa Declaratória ou Desconstitutiva Autônoma	1026
8. Embargos à Execução por Carta	1027
9. Embargos do Executado e Valor da Causa	1027
Art. 915	1027
1. Prazo.....	1027
2. Mais de Um Executado	1028
3. Cônjuges e Companheiros	1028
4. Execuções por Carta Precatória	1028
Art. 916	1028
1. Parcelamento	1029
2. Pressupostos Legais.....	1029
3. Deferimento ou Indeferimento	1029
4. Não Pagamento de Qualquer das Prestações	1030
5. Requerimento de Parcelamento e Embargos à Execução	1030
Art. 917	1030
1. Cognição nos Embargos	1031
2. Inviabilidade da Execução	1031
3. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	1031
4. Excesso de Execução	1031
5. Hipóteses de Excesso de Execução	1032
6. Quantia Superior à do Título	1032
7. Cumulação Indevida de Execuções.....	1032
8. Retenção por Benfeitorias	1033
9. Incompetência Absoluta ou Relativa	1033
10. Qualquer Matéria	1033
11. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Compensação	1033
12. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Imissão na Posse.....	1033
13. Arguição de Impedimento e Suspeição.....	1034

Art. 918	1034
1. Rejeição Liminar dos Embargos.....	1034
2. Ausência de Impugnação Específica ao Cálculo do Autor e Rejeição Liminar dos Embargos.....	1034
3. Direito à Emenda.....	1034
4. Improcedência Liminar.....	1035
5. Recurso Cabível.....	1035
Art. 919	1035
1. Não Terão Efeito Suspensivo.....	1035
2. Atribuição de Efeito Suspensivo.....	1035
3. Perigo Manifesto de Dano Grave de Difícil ou Incerta Reparação.....	1036
4. Prévia e Suficiente Garantia da Execução.....	1036
5. Modulação do Efeito Suspensivo.....	1036
6. Alcance do Efeito Suspensivo.....	1037
7. Decisão Relativa ao Efeito Suspensivo.....	1037
8. Recurso Cabível.....	1037
9. Efeito Suspensivo e Prescrição Intercorrente.....	1037
Art. 920	1037
1. Resposta do Embargado.....	1037
2. Revelia do Embargado.....	1038
3. Julgamento Imediato ou Audiência.....	1038
4. Julgamento de Procedência dos Embargos e Sorte da Adjudicação, Alienação ou Arrematação.....	1038
5. Honorários Advocatícios.....	1039
6. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública.....	1039

TÍTULO IV DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo I DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 921	1040
1. Suspensão da Execução.....	1040
2. Embargos à Execução e Impugnação.....	1040
3. Causas Gerais de Suspensão do Processo.....	1040
4. Ausência de Bens Penhoráveis.....	1041
5. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal.....	1041
6. Prescrição Intercorrente e Intimação do Exequente.....	1041
7. Prescrição Intercorrente e Falecimento do Exequente.....	1041
8. Não Localização de Bens e Arquivamento da Execução.....	1041
Art. 922	1042
1. Convenção das Partes.....	1042
Art. 923	1042
1. Atos Urgentes.....	1042

Capítulo II DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 924	1042
1. Extinção da Execução	1043
2. Entrega do Dinheiro	1043
3. Pagamento de Débito no Âmbito Administrativo	1043
4. Outras Hipóteses	1043
Art. 925	1043
1. Declaração por Sentença	1043
2. Extinção da Execução e Apelação	1043

LIVRO III

DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

TÍTULO I

DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 926	1046
1. Liberdade, Igualdade e Segurança Jurídica	1046
2. Tribunais	1047
3. Precedente, Jurisprudência e Súmula	1048
4. Estável, Íntegra e Coerente	1049
5. <i>Stare Decisis</i>	1050
6. <i>Stare Decisis</i> Horizontal	1050
7. Precedente do STF. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1050
8. Precedente do STJ. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1051
Art. 927	1052
1. <i>Stare Decisis Vertical</i>	1052
2. <i>Ratio Decidendi</i>	1053
3. <i>Obiter Dictum</i>	1053
4. Jurisprudência	1054
5. Interpretação e Aplicação	1054
6. Distinção	1054
7. Superação	1055
8. Superação para Frente	1055
9. Quórum para Superação para Frente	1056
10. Superação Parcial	1056
Art. 928	1057
1. Julgamentos Repetitivos	1057
2. Objeto	1057

Capítulo II

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

Art. 929	1057
1. Registro.....	1057
2. Descentralizado	1057
Art. 930	1058
1. Distribuição	1058
2. Prevenção.....	1058
Art. 931	1058
1. Relator	1058
Art. 932	1058
1. Poderes do Relator	1059
2. Direção do Processo	1059
3. Questões Incidentais.....	1059
4. Não Conhecer.....	1060
5. Negar Provitimento.....	1060
6. Dar Provitimento	1060
7. Colegiado.....	1060
8. Colegiado como Última Instância	1061
9. Dever de Prevenção.....	1061
10. Saneamento Recursal e Vícios Formais	1061
Art. 933	1061
1. Dever de Diálogo	1061
2. Momento.....	1062
Art. 934	1062
1. Publicidade	1062
Art. 935	1062
1. Pauta.....	1062
2. Nova Pauta.....	1062
3. Vista dos Autos	1063
Art. 936	1063
1. Ordem	1063
Art. 937	1063
1. Sustentação Oral.....	1063
2. Feitos que Admitem	1064
3. Não Surpresa.....	1064
4. Sustentação Oral e Agravo Interno de Negativa de Provitimento de Recurso Especial	1064
5. Sustentação Oral e Agravo Interno de Decisões Proferidas em Processos de Competência Originária	1064
Art. 938	1064
1. Questões Preliminares.....	1065
2. Vício Sanável	1065

Art. 939	1065
1. Julgamento Principal.....	1065
2. Juízes Vencidos.....	1066
Art. 940	1066
1. Vista.....	1066
Art. 941	1066
1. Resultado.....	1067
2. Juiz Afastado ou Substituído.....	1067
3. Voto Vencido.....	1067
Art. 942	1067
1. Ampliação do Debate.....	1068
2. Não Unânime.....	1068
3. Decisões Finais.....	1068
4. Não se Aplica.....	1068
5. Prosseguimento.....	1068
6. Embargos Declaratórios do Julgamento Ampliado.....	1068
Art. 943	1069
1. Suporte.....	1069
2. Ementa.....	1069
3. Publicação.....	1069
Art. 944	1069
1. Notas.....	1069
Art. 945	1069
1. Julgamento Eletrônico.....	1069
Art. 946	1070
1. Ordem de Julgamento.....	1070

Capítulo III DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 947	1070
1. Assunção de Competência.....	1070
2. Legitimidade.....	1071
3. Julgamento.....	1071
4. Procedimento.....	1071

Capítulo IV DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 948	1071
1. Controle de Constitucionalidade.....	1071
2. Controle Difuso.....	1071
3. Arguição de Inconstitucionalidade.....	1072
Art. 949	1072
1. Admissão.....	1072

2. Rejeição	1072
3. Dispensa	1072
Art. 950	1072
1. Procedimento	1073
2. Direito à Manifestação	1073
3. Decisão	1073

Capítulo V DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Art. 951	1073
1. Legitimidade	1073
2. Ministério Público	1074
Art. 952	1074
1. Ilegitimidade	1074
2. Incompetência	1074
Art. 953	1074
1. Competência	1074
2. Forma de Instauração	1075
3. Prova	1075
Art. 954	1075
1. Oitiva	1075
Art. 955	1075
1. Suspensão	1075
2. Urgência	1076
3. Decisão Monocrática	1076
Art. 956	1076
1. Apresentação	1076
Art. 957	1076
1. Decisão	1076
2. Validade	1076
3. Recorribilidade	1077
Art. 958	1077
1. Conflito Interno	1077
2. Reprodução Obrigatória	1077
Art. 959	1077
1. Conflito de Atribuições	1077
2. Competência	1077

Capítulo VI DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA

Art. 960	1078
1. Homologação	1078

2. Direito à Homologação.....	1078
3. Decisão Interlocutória Estrangeira.....	1078
4. Decisão Arbitral Estrangeira.....	1078
Art. 961	1078
1. Eficácia.....	1079
2. Parcialmente.....	1079
3. Urgência e Execução Provisória.....	1079
4. Execução Fiscal.....	1079
5. Divórcio Consensual.....	1079
Art. 962	1080
1. Medida de Urgência.....	1080
2. Probabilidade e Urgência.....	1080
3. Validade Expressamente Reconhecida.....	1080
4. Tutela de Evidência.....	1080
Art. 963	1080
1. Homologação.....	1081
2. <i>Exequatur</i>	1081
3. Procedimento.....	1081
Art. 964	1081
1. Jurisdição Nacional e Jurisdição Estrangeira.....	1081
Art. 965	1082
1. Sentença Estrangeira Dependente de Cumprimento.....	1082
2. Procedimento.....	1082

Capítulo VII DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 966	1082
1. Ação Rescisória.....	1083
2. Ação Rescisória, Ação Anulatória e <i>Querela Nullitatis Insanabilis</i>	1083
3. Decisão de Mérito.....	1084
4. Decisão Impeditiva.....	1084
5. Cabimento.....	1084
6. Prevaricação, Concussão ou Corrupção.....	1084
7. Impedimento ou Incompetência.....	1085
8. Dolo Processual.....	1085
9. Colusão Entre as Partes.....	1085
10. Coisa Julgada.....	1085
11. Violação Manifesta de Norma Jurídica.....	1086
12. Violação Manifesta de Norma Jurídica em Um Sistema de Precedentes.....	1086
13. Violação de Precedente por Ausência de Subsunção, Necessidade de Distinção e Ação Rescisória.....	1086
14. Ônus de Demonstração Analítica da Distinção.....	1087
15. Prova Falsa.....	1087
16. Prova Nova.....	1087

17. Erro de Fato	1088
18. Ação Anulatória.....	1088
19. Objeto.....	1088
20. Fundamentos	1089
21. Prazo.....	1089
22. Competência.....	1089
23. Procedimento.....	1089
24. Efeitos.....	1089
Art. 967	1090
1. Legitimidade Ativa	1090
2. Legitimidade Passiva	1090
Art. 968	1090
1. Petição Inicial.....	1091
2. <i>Iudicium Rescindens e Iudicium Rescissorium</i>	1091
3. Depósito	1091
4. Dispensa	1092
5. Valor da Causa	1092
6. Indeferimento	1092
7. Improcedência Liminar.....	1092
8. Recurso	1092
9. Competência.....	1092
10. Competência e Dever de Auxílio.....	1093
11. Complementação.....	1093
Art. 969	1093
1. Não Impede o Cumprimento	1093
2. Tutela Cautelar ou Tutela Antecipada	1093
Art. 970	1094
1. Citação.....	1094
2. Prazo.....	1094
3. Resposta.....	1094
4. Revelia	1094
5. Ônus de Impugnação Específica	1094
6. Procedimento Comum.....	1094
Art. 971	1094
1. Relator	1095
Art. 972	1095
1. Instrução	1095
2. Devolução dos Autos	1095
Art. 973	1095
1. Razões Finais	1095
2. Ministério Público	1095
3. Julgamento.....	1095
Art. 974	1096
1. Procedência.....	1096

2. Inadmissibilidade	1096
3. Improcedência	1096
4. Multa	1096
5. Recursos.....	1096
Art. 975	1096
1. Direito à Rescisão da Coisa Julgada	1097
2. Trânsito em Julgado	1097
3. Crítica à Tese do Trânsito em Julgado Uno e Único	1097
4. Inadmissibilidade Recursal e Trânsito em Julgado	1099
5. Prova Nova.....	1099
6. Simulação ou Colusão das Partes.....	1100

Capítulo VIII

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 976	1100
1. Finalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1101
2. Multiplicação de Demandas.....	1101
3. Mesma Questão de Direito	1101
4. Ofensa à Isonomia ou à Segurança Jurídica	1101
5. Causa Pendente de Análise no Tribunal ou em Primeiro Grau.....	1101
6. Inexistência de Afetação de Recurso Repetitivo sobre a Questão	1102
7. Questão de Direito Material ou Processual.....	1102
8. Desistência ou Abandono do Processo	1102
9. Custas Processuais.....	1102
10. Negócios Processuais e IRDR	1102
11. IRDR e <i>Collateral Estoppel</i>	1102
Art. 977	1102
1. Legitimidade	1103
2. Documentos Necessários	1103
3. Prazo.....	1103
Art. 978	1103
1. Competência.....	1103
2. Prevenção.....	1103
Art. 979	1103
1. Publicidade	1104
2. Comunicação Específica aos Legitimados para a Tutela Coletiva	1104
Art. 980	1104
1. Prazo de Julgamento e Preferência.....	1104
Art. 981	1104
1. Juízo de Admissibilidade.....	1104
Art. 982	1105
1. Suspensão dos Processos	1105

2. Exclusão do Regime de Suspensão	1105
3. Requisição de Informações.....	1105
4. Intervenção do Ministério Público	1106
5. Pedido de Tutela de Urgência	1106
6. Ampliação do Efeito Suspensivo do Incidente.....	1106
7. Modulação do Efeito Suspensivo	1106
Art. 983	1106
1. Instrução do Incidente	1106
2. Preservação do Contraditório.....	1107
Art. 984	1107
1. Etapas do Julgamento do Incidente	1107
2. Abrangência do Conteúdo do Julgamento.....	1107
Art. 985	1107
1. Obrigatoriedade de Observância da Decisão	1108
2. Reclamação.....	1108
3. Reclamação para Tribunais Superiores e Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1108
4. Comunicação à Agência Reguladora	1108
Art. 986	1108
1. Revisão da Tese	1108
2. Outros Legitimados para a Revisão.....	1108
Art. 987	1109
1. Cabimento de Recurso Especial e Extraordinário.....	1109
2. Presunção de Repercussão Geral	1109
3. Abrangência da Decisão do Tribunal Superior.....	1109
4. Efeito Suspensivo.....	1110
5. Reclamação.....	1110

Capítulo IX DA RECLAMAÇÃO

Art. 988	1110
1. Reclamação.....	1111
2. Cabimento.....	1111
3. Cognição <i>Secundum Eventum Probationis</i>	1112
4. Autonomia.....	1112
5. Competência.....	1112
6. Esgotamento das Instâncias Ordinárias.....	1112
Art. 989	1113
1. Relator	1113
2. Contestação	1113
Art. 990	1113
1. Impugnação	1113
2. Contraditório.....	1113
Art. 991	1113
1. Ministério Público	1113

Art. 992	1114
1. Competência.....	1114
2. Autoridade.....	1114
3. Medida Adequada.....	1114
Art. 993	1114
1. Imediato Cumprimento.....	1114

TÍTULO II DOS RECURSOS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Recurso.....	1115
2. Sucedâneos Recursais.....	1115
3. Duplo Grau de Jurisdição.....	1115
4. Taxatividade.....	1115
5. Unirrecorribilidade.....	1115
6. Fungibilidade.....	1115
7. Consumação.....	1116
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito.....	1116
9. Juízo de Admissibilidade, Colaboração e Unidade do Direito.....	1117
10. Requisitos Intrínsecos.....	1117
11. Cabimento.....	1117
12. Interesse Recursal.....	1117
13. Legitimidade.....	1118
14. Inexistência de Fato Extintivo.....	1118
15. Requisitos Extrínsecos.....	1118
16. Tempestividade.....	1118
17. Regularidade Formal.....	1118
18. Regularidade Formal, Enfrentamento das Razões e Ônus de Alegação Específica. Comunidade Argumentativa de Trabalho.....	1118
18. Inexistência de Fato Impeditivo.....	1119
19. Preparo.....	1119
20. Efeitos.....	1119
21. Devolutivo.....	1119
22. Translativo.....	1119
23. Suspensivo.....	1120
24. Expansivo.....	1120
25. Obstativo.....	1120
26. Substitutivo.....	1120
Art. 994	1120
1. Taxatividade.....	1121
Art. 995	1121
1. Não Impedem a Eficácia da Decisão.....	1121
2. Disposição Legal.....	1121

3. Decisão Judicial.....	1121
4. Suspensão da Decisão Recorrida	1122
Art. 996	1122
1. Parte Vencida	1122
2. Terceiro Prejudicado	1122
3. Pessoas Jurídicas de Direito Público	1123
4. Ministério Público	1123
Art. 997	1124
1. Recurso	1124
2. Recurso Adesivo.....	1124
3. Admissibilidade	1124
4. Subordinação	1124
5. Taxatividade.....	1125
6. Interposição	1125
7. Mesmas Regras	1125
Art. 998	1125
1. Desistência.....	1125
2. Litisconsórcio	1126
3. Precedentes	1126
Art. 999	1126
1. Renúncia	1126
2. Litisconsórcio	1126
Art. 1.000	1127
1. Aceitação	1127
2. Expressa ou Tácita.....	1127
3. Depósito do Valor da Condenação e Multa	1127
4. Litisconsórcio	1127
Art. 1.001	1127
1. Irrecorribilidade	1127
2. Casuística.....	1128
Art. 1.002	1128
1. No Todo ou em Parte	1128
Art. 1.003	1128
1. Fluência e Contagem	1129
2. Antes da Citação	1129
3. Protocolo	1129
4. Correio.....	1129
5. Prazo.....	1129
6. Feriado Local.....	1129
7. Precedente do STJ sobre a Comprovação de Feriado Local	1130
Art. 1.004	1130
1. Interrupção de Prazo.....	1130

Art. 1.005	1130
1. Litisconsórcio Unitário	1130
2. Solidariedade	1131
Art. 1.006	1131
1. Baixa dos Autos.....	1131
Art. 1.007	1131
1. Preparo.....	1132
2. Dispensa	1132
3. Deserção	1132
Art. 1.008	1133
1. No que Tiver Sido Objeto	1133

Capítulo II DA APELAÇÃO

Art. 1.009	1133
1. Cabimento	1133
2. Regra da Decisão Final.....	1134
3. Fundamentos	1134
Art. 1.010	1134
1. Forma	1135
2. Independentemente de Juízo de Admissibilidade.....	1135
Art. 1.011	1135
1. Relator	1135
2. Decisão Monocrática	1135
3. Voto.....	1135
Art. 1.012	1136
1. Efeito Suspensivo.....	1136
2. Cumprimento Imediato	1136
3. Alimentos	1137
4. Embargos à Execução	1137
5. Tutela Provisória	1137
6. Efeito Suspensivo <i>Ope Judicis</i>	1137
Art. 1.013	1138
1. Efeito Devolutivo.....	1138
2. Efeito Translativo.....	1138
3. Causa Madura.....	1139
4. Tutela Provisória	1139
Art. 1.014	1139
1. Questões de Fato.....	1139
2. Prova Nova.....	1140

Capítulo III DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 1.015	1140
1. Cabimento	1140
2. Rol Taxativo	1141
3. Também Caberá	1141
4. Demais Casos	1141
Art. 1.016	1141
1. Forma	1142
Art. 1.017	1142
1. Instrumento	1142
2. Obrigatórias	1143
3. Facultativas	1143
4. Obrigatórias, Facultativas e Colaboração	1143
5. Preparo	1143
6. Interposição	1143
7. Processo Eletrônico	1143
Art. 1.018	1143
1. Juntada	1144
2. Inadmissibilidade	1144
Art. 1.019	1144
1. Decisão Monocrática	1144
2. Efeito Suspensivo	1145
3. Antecipação da Tutela Recursal	1145
4. Resposta	1145
5. Ministério Público	1145
6. Decisão do Relator	1145
Art. 1.020	1146
1. Julgamento	1146

Capítulo IV DO AGRAVO INTERNO

Art. 1.021	1146
1. Cabimento Decisão Relator	1146
2. Cabimento Decisão Presidente ou Vice	1147
3. Impugnação Específica	1147
4. Reprodução dos Fundamentos	1148
5. Procedimento	1148
6. Decisão de Única ou Última Instância	1148
7. Julgamento	1149
8. Multa	1149

Capítulo V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 1.022	1149
1. Cabimento	1150
2. Obscuridade	1150
3. Contradição	1150
4. Omissão	1150
5. Erro Material	1151
6. Embargos de Declaração e Agravo Interno	1151
Art. 1.023	1151
1. Prazo	1151
2. Petição Escrita	1151
3. Juiz	1152
4. Preparo	1152
5. Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes	1152
6. Contrarrazões	1152
Art. 1.024	1152
1. Julgamento	1153
2. Conversão	1153
3. Complementação	1153
4. Desnecessidade de Ratificação	1153
Art. 1.025	1154
1. Prequestionamento	1154
Art. 1.026	1154
1. Não Têm Efeito Suspensivo	1154
2. Outorga de Efeito Suspensivo	1155
3. Interrupção de Prazo	1155
4. Manifestamente Protelatórios	1155
5. Depósito	1156
6. Revisão do Valor da Multa por Embargos Protelatórios	1156

Capítulo VI DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Recursos para o STF e para o STJ	1156
---	------

Seção I Do Recurso Ordinário

Art. 1.027	1157
1. Recurso Ordinário	1157
2. Recurso Ordinário para o STF	1157
3. Recurso Ordinário para o STJ	1158
4. Agravo de Instrumento	1158
5. Causa Madura	1158
6. Tutela Provisória	1159

Art. 1.028	1159
1. Admissibilidade, Procedimento e Efeitos	1159
2. Interposição	1159
3. Processamento no STF e no STJ	1159

Seção II

Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial

1. O STF e o STJ como Cortes Supremas	1159
2. Recurso Extraordinário e Recurso Especial	1161
3. Causa Constitucional e Causa Federal	1161
4. Prequestionamento e Embargos de Declaração	1162
5. Única ou Última Instância	1162
6. Cabimento Recurso Extraordinário	1163
7. Cabimento Recurso Especial	1163
8. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Direito Probatório	1164
9. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Juizados Especiais	1164
10. Efeito Translativo e Recursos Extraordinários	1164

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 1.029	1164
1. Cabimento	1165
2. Fatos do Caso	1165
3. Interpretação de Cláusulas Negociais	1166
4. Razões	1166
5. Exposição Analítica	1166
6. Dissídio Jurisprudencial	1167
7. Divergência e Orientação Firmada	1168
8. Prova da Divergência	1168
9. Fundamento Genérico	1168
10. Desconsideração Vício Formal	1168
11. Suspensão em Todo o Território Nacional	1169
12. Tutela Provisória	1169
Art. 1.030	1170
1. Contrarrazões	1170
2. Juízo de Admissibilidade	1170
3. Negar Seguimento. Inadmissibilidade	1171
4. Instrumentos Tópicos para Distinção. Agravo Interno, Agravo em RE e Agravo em REsp	1171
5. Instrumento Heterotópico para Distinção. Ação Rescisória	1172
6. Retratação	1172
7. Sobrestamento	1172
8. Seleção	1173
9. Admissão e Remessa	1173
10. Inadmissão, Agravo em RE e Agravo em REsp	1173

Art. 1.031	1173
1. Interposição Simultânea.....	1173
2. Inversão da Ordem.....	1174
Art. 1.032	1174
1. Livre Trânsito.....	1174
2. Dever de Prevenção.....	1174
Art. 1.033	1175
1. Livre Trânsito.....	1175
2. Dever de Prevenção.....	1175
Art. 1.034	1175
1. Aplicando o Direito à Espécie.....	1176
2. Efeito Devolutivo e Efeito Translativo	1176
Art. 1.035	1176
1. Repercussão Geral.....	1177
2. Relevância e Transcendência	1178
3. Repercussão Geral e Julgamento de Casos Repetitivos	1178
4. Causas com Repercussão Geral	1179
5. Causas sem Repercussão Geral.....	1179
6. Competência.....	1179
7. <i>Amicus Curiae</i>	1179
8. Quórum	1180
9. Momento.....	1180
10. Deliberação Eletrônica.....	1180
11. Suspensão	1180
12. Recurso Equivocadamente Sobrestado.....	1180
13. Recurso Inutilmente Sobrestado	1180
14. Não Reconhecimento.....	1181
15. Reconhecimento	1181
16. Aplicação do Precedente para Inadmissibilidade Recursal.....	1181
17. Súmula.....	1181

Subseção II

Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

1. Julgamento em Bloco	1181
2. Cinco Estágios.....	1182
Art. 1.036	1182
1. Aferição	1182
Art. 1.037	1183
1. Afetação.....	1184
2. Distinção	1184
Art. 1.038	1185
1. Instrução.....	1185
2. Decisão	1185
3. Decisão sobre Questão Não Delimitada	1185

Art. 1.039	1186
1. Irradiação	1186
Art. 1.040	1186
1. Publicação	1187
2. Desistência	1187
Art. 1.041	1187
1. Fidelidade	1187

Seção III

Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Art. 1.042	1188
1. Cabimento	1189
2. Prazo	1190
3. Razões	1190
4. Contrarrazões	1190
5. Julgamento Conjunto	1190
6. Interposição Conjunta	1190

Seção IV

Dos Embargos de Divergência

Art. 1.043	1190
1. Cabimento	1191
2. Embargos de Divergência e Decisão Monocrática	1192
3. Divergência	1192
4. Razões	1192
5. Fundamento Genérico	1192
Art. 1.044	1193
1. Julgamento	1193

LIVRO COMPLEMENTAR

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1.045	1195
1. <i>Vacatio Legis</i>	1195
Art. 1.046	1195
1. Direito Intertemporal	1195
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	1195
3. Isolamento dos Atos Processuais	1196
4. Aplicação do Código de Processo Civil de 1973	1196
Art. 1.047	1196
1. Direito Intertemporal e Direito Probatório	1197
Art. 1.048	1197
1. Idoso	1197

2. Criança e Tratamento Prioritário.....	1197
3. Pessoa com Deficiência	1197
4. Requerimento	1198
5. Não Cessação.....	1198
Art. 1.049	1198
1. Procedimento Comum.....	1198
Art. 1.050	1198
1. Cadastro da Administração Pública em Sistema Eletrônico	1198
Art. 1.051	1198
1. Cadastro de Empresas Públicas e Privadas em Sistema Eletrônico	1199
2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	1199
Art. 1.052	1199
1. Execução contra Devedor Insolvente.....	1199
Art. 1.053	1199
1. Atos Processuais Eletrônicos.....	1199
Art. 1.054	1199
1. Coisa Julgada e Questão Prejudicial	1200
Art. 1.055	1200
Art. 1.056	1200
1. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente.....	1200
2. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1200
Art. 1.057	1200
1. Impugnação, Controle de Constitucionalidade e Direito Intertemporal	1200
2. Inconstitucionalidade.....	1200
Art. 1.058	1201
1. Recolhimento de Dinheiro.....	1201
Art. 1.059	1201
1. Tutela Provisória e Fazenda Pública	1201
2. Esgotamento do Objeto da Ação.....	1201
3. Ponderação.....	1202
Art. 1.060	1202
1. Custas na Justiça Federal	1202
Art. 1.061	1202
1. Nulidade da Sentença Arbitral	1202
Art. 1.062	1203
1. Desconsideração de Personalidade Jurídica e Juizados Especiais.....	1203
Art. 1.063	1203
1. Competência Material dos Juizados Especiais Cíveis	1203
Art. 1.064	1203
1. Embargos de Declaração e Juizados Especiais	1203
Art. 1.065	1203
1. Interrupção do Prazo Recursal pela Interposição de Embargos Declaratórios nos Juizados Especiais	1203

Art. 1.066	1204
1. Embargos Declaratórios Criminais e Juizados Especiais	1204
Art. 1.067	1204
1. Embargos de Declaração e Justiça Eleitoral	1204
Art. 1.068	1205
1. Credores Solidários e Extensão do Julgamento	1205
2. Anulação de Partilha	1205
Art. 1.069	1205
1. Avaliação da Efetividade do Código	1205
Art. 1.070	1205
1. Prazo de Agravo Regimental	1205
Art. 1.071	1206
1. Usucapião Extrajudicial	1207
2. Intimação do Poder Público	1207
3. Intimação de Terceiros	1207
4. Procedimento	1207
Art. 1.072	1207
1. Decreto-Lei 25/37	1208
2. Código Civil	1208
3. Assistência Judiciária Gratuita	1208
4. Lei 8.038/1990	1208
5. Lei de Alimentos	1208
6. Lei de Infrações contra a Ordem Econômica	1208
SÚMULAS	1209
Justificativa da Inserção	1209
Súmulas do Supremo Tribunal Federal	1211
– Por Assunto	1211
– Por Ordem Numérica	1236
– Vinculantes por Ordem Numérica	1270
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	1273
– Por Assunto	1273
– Por Ordem Numérica	1366
Teses de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal Sobre Processo Civil	1395
Temas de Recursos Repetitivos do Superior Tribunal de Justiça Sobre Processo Civil	1405